ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

------ **Aos 17 dias do mês de abril, do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas,** no Salão Nobre dos Paços do Concelho, teve lugar a **2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda**, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: ----------

------ **1** – **Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal para a realização de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na área da Educação** – **Programa Aproximar Educação.** ----------

------ Pelas vinte e uma horas e dez minutos deu início e presidiu a esta sessão o Sr. Presidente da Assembleia **Francisco Manuel Guedes Vitorino**, sendo secretariado pelas Senhoras Secretárias **Carla Eliana Costa Tavares e Cristina Paula Fernandes da Cruz.** --

------ **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal**: -------

----- Francisco Manuel Guedes Vitorino – PS; ----------

----- Alberto José Fernandes Marques – PSD; ----------

----- José Carlos Raposo Marques Vidal – PS; ----------

----- Carla Eliana da Costa Tavares – PS; ----------

----- António Manuel Fernandes Martins – CDS; ----------

----- Carlos Alberto Baptista Guerra – PS; ----------

----- Marlene Domingues Gaio – PSD; ----------

----- Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS; ----------

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – PS; ----------

----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD; ----------

----- Paulo Jorge de Almeida Pereira – CDS; ----------

----- Abílio Ferreira Gomes da Silva – PS; ----------

----- Francisco Manuel Camossa Abrunhosa Simões – CDU; ----------

----- António Jorge Pereira de Oliveira – PS; ----------

----- Tiago Mendes dos Santos e Gomes Lavoura – PSD; ----------

----- Casimiro Agnelo Oliveira Pinto – PS; ----------

----- Paulo Manuel Matos Soares – PSD; ----------

----- Jorge Miguel dos Santos Melo – PS; ----------

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia (PJF):** ----------

------ Albano Marques Abrantes – PJF de Aguada de Cima; ----------

------ Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PJF da União de Freguesia de Águeda e Borralha; ----------

------ Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PJ da União das Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo; ----------

------ Vasco Miguel Rodrigues Oliveira - PJ da União das Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão; ----------

------ Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PJF de Fermentelos; ----------

------ Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJF de Macinhata do Vouga; ----------

------ Pedro António Machado Vidal - PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcôba; ----------

------ Manuel José de Almeida Marques Campos – em substituição do PJ da União das Freguesias de Recardães e Espinhel; ----------

------ Mário Ramos Martins – PJ da União das Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira; ------

------ Carlos Alberto Ferreira da Silva – PJ da União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; ----------

------ Carlos Alberto Carneiro Pereira, em substituição do PJF de Valongo do Vouga; ----------

------ **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -------

----- Gil Nadais Resende da Fonseca – PS – Presidente; ----------

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – PS – Vereador e Vice-Presidente; ----------

----- Elsa Margarida de Melo Corga – PS - Vereadora; ----------

----- João Carlos Gomes Clemente – PS – Vereador; ----------

----- Maria Paula Graça Cardoso – PSD - Vereadora; ----------

----- Miguel Vidal de Oliveira – CDS – Vereador; ----------

---------- **VOTO DE PESAR** ----------

------ Antes do início dos trabalhos, o **Sr. Presidente da Assembleia** fez a seguinte intervenção que se transcreve na íntegra: ----------

------ "Queria evocar a figura do Sr. Professor Mariano Gago desaparecido hoje, figura incontornável da investigação científica dos últimos 40 anos, nomeadamente no domínio da física, da física das partículas; era professor catedrático do Instituto Superior Técnico, e foi ministro em quatro governos do Partido Socialista, tendo desenvolvido um trabalho amplamente reconhecido e valorizado por todos no âmbito da investigação científica e do Ensino Superior. Propunha se acharem por bem, esta assembleia, que votássemos um voto de pesar, pelo desaparecimento do Professor Mariano Gago e pela vida dedicada à ciência."

------ Apresentada a votação, esta proposta da Mesa de voto de pesar ao Professor Mariano Gago foi aprovada por unanimidade. ----------

---------- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** ----------

------ Foram verificadas as justificações de falta de: ----------

------ Maria Utília Ferrão, substituída por Jorge Miguel dos Santos Melo; Manuel Farias; Pedro Alexandre de Almeida Gomes, PJF de Recardães e Espinhel, que se fez representar por Manuel José de Almeida Marques Campos; João Pedro Alvim Henrique Xavier – PJF de Valongo, que foi substituído por Carlos Alberto Carneiro Pereira. ----------

---------- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

------ Foram feitas as seguintes intervenções do público que se transcrevem na íntegra: ------

------ **Vítor Januário** – professor e residente em Águeda: ----------

------ "Já cá estive em novembro e, de facto, fiquei deveras satisfeito com a discussão aqui feita e causou-me uma expetativa positiva no sentido de perceber que a municipalização tendo sido recusada por esta assembleia numa moção que então foi aprovada e nada havendo de novo, ou nada havendo a acrescentar ao que já existia, do projeto de autarquia, a não ser o contrato que entretanto num modelo semelhante aos outros, com mais um ou outro pormenor, eventualmente, perceber que de facto estaríamos perante a mesma clarividência destes deputados que não permitirão que esta municipalização avance. Assim é a minha expetativa. Espero que se concretize e eu diria até que os munícipes deste concelho desejam que os seus deputados tomem posições perante matérias de facto e não perante abstracções, não perante ideias vagas sobre projetos que exigem que de facto os autarcas mais do que apenas enunciarem intenções e princípios, enunciem aquilo que pretendem fazer. Aquilo que pretendem fazer para a Educação. O contrato de que aqui se fala, é um contrato que tem como limite a municipalização absoluta. Digamos que o limite é a Constituição da República esse travão; há clausulado para isso. Há uma cláusula em particular que permitirá todo o tipo de competências que entretanto se venham a atribuir. Claro que vai haver uma avaliação. A avaliação feita pelos próprios parece possível tornar uma realidade negativa e iludi-la até ao seu limite, como foi o limite por exemplo da Suécia. Foi possível iludir durante duas décadas uma realidade semelhante de transferência de competências até chegar ao ponto de ter que se pedir desculpa aos cidadãos daquele país, por parte de alguns daqueles grupos políticos, de quase todos os quadrantes, de estarem neste momento num processo de recentralização. Era muito importante que, de facto, o votar um pouco como carta em branco num projeto que não existe, não há-de ser claro! Eu julgo aliás que este contrato se há coisa em que falha é efetivamente por não ter qualquer preocupação com o objetivo da Educação que é formar cidadãos e o aluno surge como uma conta. Surge como uma equação que se faz no fim, sempre nas relações entre as escolas e os exames. Os alunos são avaliados por exames em cerca de 65% das competências no

secundário e 60% no básico. Quer dizer que investir na Educação, coisa que não vai ser possível, uma vez que não vai ser possível qualquer envelope financeiro além daquilo que já existe, investir na Educação significa investir nos recursos humanos, é aí que é necessário investir. Os recursos tecnológicos permitem de facto, como ferramenta, os alunos melhorarem as competências. E portanto diríamos que aquilo que temos ouvido, particularmente ao Sr. Presidente da Câmara, de que os recursos tecnológicos como os tablets, poderão gerar aqui melhores condições diria sinceramente que ainda não consegui perceber, que se percebesse a diferença entre o martelo e o carpinteiro. É que o instrumento é apenas uma extensão daquilo que se pretende fazer. E aquilo que se pretende fazer aqui, é melhorar as competências dos alunos mais do que a engenharia financeira que se consegue aqui até de uma forma ardilosa em relação à iniciativa inicial, um pouco escandalosa. A Câmara pela poupança de cada professor, assim se conseguia auferir um produto de cerca de 12 300 euros. Agora, por força da luta e reconhecida pela imprensa nacional que os professores fizeram, junto dos concelhos, esses ficaram excluídos, 25% não estão excluídos e por força disso não estão excluídos, mas são esses, efetivamente e todos os outros que lá trabalham, que garantem que efetivamente todos os instrumentos e todas as ferramentas possam funcionar. Não podem é ser sujeitos à pressão da inflação das notas para se conseguirem resultados. Isso é que não pode ser. Essa pressão não gera competências e sabemos que hoje os alunos da Suécia estão de facto a perder competências, aferidas de facto. Não sei se temos qualquer pretensão de ficar à frente dos rankings internacionais. Eu sei que desejamos todos que os nossos alunos, porque é na escola que se garantem cidadãos culturalmente capazes e capazes de fazer também opções profissionais que não lhes sejam tolhidas, à partida, por opções meramente concelhias regionais, uma vez que, digamos assim, sem envelope financeiro, só resta às autarquias recorrer às chamadas PPP´s de âmbito local e, recorrer a elas, poderá significar uma espécie de pescadinha de rabo na boca de onde não se pode sair – vamos lá buscar os exemplos de fora: saiu-se recorrendo à concessão de serviços a privados e a concessão de serviços a privados levou a que se sentisse a necessidade dos serviços públicos. Há que os recuperar novamente, como estão a fazer. E aqui, ao que parece, pelo menos da parte de alguns parece que não existe. ---------- Vou concluir fazendo de novo o apelo que é o de que esta câmara possa recusar e recuse liminarmente este contrato. Não digo projeto porque ninguém conhece este projeto. Havendo trabalhadores incluídos nenhum parceiro social foi considerado, a não ser num estorvo porque nunca foi chamado para participar e para ajudar à construção, deste eventual projeto, inclusivamente as vozes discordantes, nas escolas não foram chamados

nestes termos, de dar esses contributos e portanto, acho que era importante que aqui não se hipotecasse o futuro à custa de podermos até, inclusivamente, pensar nos princípios e não nas ideias claras que são apresentadas ou não. Que de facto até ao momento, não têm sido. Eu confio em todos os deputados que aqui estão, pela clarividência que mostraram." --

------ **Sr. Coimbra** – Professor em Águeda: ----------

------ "Cinco minutos. Agradeço à Democracia e agradeço a possibilidade, sendo munícipe de S. Bernardo, e enquanto professor de EVT, com todo o gosto leciono em Águeda desde 2006 e licenciado desde 1997. ----------

------ Poderia falar de muitas questões que estão nas mãos de onze deputados. São pessoas, falando de cor, que vão decidir um pouco em fim de linha, um processo que eu espero sinceramente que não passe. Que não passe, e por uma questão de memória, que não é memória curta, nós sabemos que se compararmos as nossas crianças, os nossos alunos com crianças romenas, ou crianças de outras nações, a formação artística e plástica está bastante em baixo. Por umas ideias, umas ideias de veículos prioritários como Português e Matemática. Entendemos que o país terá que ser tecnológico, apenas tecnológico e o indicador, aquilo que forma o cidadão é Português e Matemática com todo o respeito pelos meus colegas de Matemática que têm feito um trabalho notável e estamos, aqui em Águeda, acima da média nacional. O problema é o 1º ciclo, com o qual tenho a oportunidade de trabalhar enquanto coadjuvação e, lamentavelmente, na maioria das situações, nas freguesias estamos abaixo da média nacional, o que significa que há grandes problemas de formação e não se pode reduzir a educação a questões de competências básicas e redutoras de cálculo e língua portuguesa. ----------

------ Portanto, se olharmos para a estória dos últimos 5 anos, a política educativa aos ziguezagues que tem sido desde o 25 de abril, verificamos que há apostas diversas, que há várias apostas de perfil ideal de aluno, de formação de cidadãos, etc. ----------

------ O que é certo, é que o nosso currículo atual fruto da reorganização curricular, triste reorganização curricular de 5 de julho de 2012, deu uma machadada em várias coisas. Poderia centrar-me na EVT, mas não o vou fazer para não falar em causa própria. Vou falar da área projeto, das horas que foram retiradas à formação integral; os alunos hoje não têm uma área deles. O diretor de turma passou de 90 minutos para 45 minutos. Quer dizer que se entende que não é necessário formar ninguém, mas depois falamos em Educação Rodoviária, Educação Sexual, Educação para a Cidadania. Não há quem forme! ----------

------ Os nossos alunos não têm autonomia. Ou são os pais, ou os avós ou são os professores que fazem os trabalhos porque não são estimulados. ----------

------- Peguemos na realidade anglo-saxónica, realidade francesa: os alunos são

estimulados. Falemos da Educação Física, 135 minutos no 1º Ciclo; parente pobre. Falemos das expressões: expressão física, expressão corporal, educação musical, enfim! Não estou a esticar o chapéu para que a área dos 25% possa ser artística, mas nós, os professores, teríamos gostado de nos pronunciarmos. Poderíamos ter um currículo superior ao curriculum nacional, mas não desta forma! Será uma incógnita. ----------

------ Eu diria para terminar: - Vamos levantar voo sem direção!" ----------

------ **José Américo**, representante da Federação das Associações de Pais do Concelho de Águeda – Águeda: ----------

------ "Hoje venho a esta assembleia como representante da FAP-Águeda – Federação das Associações de Pais do Concelho de Águeda. E venho aqui porque esta assembleia foi convidada a votar uma proposta que direta ou indiretamente poderá mudar a vida e o futuro de todos nós. Trata-se de delegar no Sr. Presidente da Câmara Municipal, poderes para negociar com o Ministério da Educação os pormenores de um contrato de delegação de competências. ----------

------ O programa Aproximar a Educação, pretende delegar competências que atualmente estão no poder central. Pretende-as delegar nas escolas e nos municípios e nós achamos que pode ser uma oportunidade para melhorar aquilo em que todos somos unânimes em afirmar como aqui hoje já ouvimos: o sistema de ensino atual não funciona bem, em Portugal! A Câmara Municipal mostra-se interessada em agarrar esta oportunidade e fazer parte de um projeto piloto que durante 4 anos irá ser implementado e avaliado em vários concelhos do País. Acreditamos que uma gestão mais próxima vai resolver muitos dos atuais problemas da Educação. ----------

------ Não acreditamos que haja alguma câmara municipal que desvie a atenção e recursos dum setor tão importante como a Educação. No entanto, para acompanhar e garantir o bom funcionamento desse sistema defendemos um papel mais relevante do Concelho Municipal de Educação. Com as alterações da lei, os diretores escolares terão assento neste órgão. Que verá aumentado muito a responsabilidade na coordenação das políticas educativas do concelho. ----------

------ Acreditamos que vale a pena negociar agora esta solução do que vê-la depois, daqui a 4 anos, imposta por decreto; Acreditamos portanto, que ao fazer parte do projeto piloto advirão enormes vantagens para todos. ----------

------ Quanto aos alunos, acreditamos que são afigura central do sistema de ensino. É neles e no seu sucesso que nos devemos concentrar. Acreditamos que são eles os principais ganhadores com esta proximidade. O conhecimento da realidade local, a articulação entre as várias instituições de ensino e a sua adaptação ao mercado de trabalho, trarão ganhos

significativos para o sucesso dos alunos. ----------
------ Quanto aos professores, compreendemos os seus receios. Todas as classes têm receio, quando se muda algo nas suas vidas. Mas será que se sentem bem neste sistema?
------ Quanto aos funcionários, esses dividem-se em 2 grupos: os funcionários do ministério e os funcionários do município. Tendo em conta as modificações laborais existentes, recentes, ao nível salarial e da mobilidade, acreditamos que os funcionários do ministério não perderão regalias do que se continuassem como estavam. Quanto aos funcionários do município, as alterações não deverão ter grande impacto. ----------
------ Quanto ao município, acreditamos que este poderá ter encargos acrescidos, com este projeto acrescido. ----------
------ Caberá ao Sr. Presidente garantir uma boa negociação com o poder central. O facto de ser pioneiro neste programa, deverá trazer vantagem para o município e por arrastamento para todos nós. ----------
------ Para concluir, a FAP – Águeda congrega as associações de pais e encarregados de educação de todo o concelho. Depois de conhecer e analisar este processo e queremos fazer parte deles. Temos sido parceiros das escolas e dos seus órgãos diretivos. Os senhores diretores sabem bem que podem contar connosco para melhorar o sistema de ensino. Não queremos entrar neste processo para mandar nas escolas e muito menos nos professores. Há princípios que para nós são fundamentais, mas quem manda nas escolas são os senhores diretores e quem manda nas salas de aulas, são os senhores professores. Por isso, defendemos um movimento associativo de pais, organizado, esclarecido para que nunca coloque em causa estes princípios. ----------
------ Por fim, quero lembrar que esta assembleia representa a população de todo o concelho. Em 13 agrupamentos, que englobam mais de 83% dos alunos do ensino público do concelho, os conselhos gerais aprovaram a adesão a este projeto piloto. Apenas uma escola não agrupada, rejeitou essa possibilidade. Por isso mesmo acreditamos que ao aprovar esta proposta, esta Assembleia está a dar voz à esmagadora maioria daqueles que a elegeram.” ----------
------ **Bruno Reis** – pai, professor e cidadão de Águeda: ----------
------ “Gostaria de referir que enquanto pai e enquanto membro da Associação de Pais não fui convocado para nenhuma reunião com a finalidade de se formar uma opinião que fosse vinculativa da nossa forma de estar, relativamente à municipalização. Portanto, não sei com que validade foi aqui pronunciado pelo presidente da FAP- Águeda, a posição dos pais. Pelo menos não representa a minha posição. ----------

------ Enquanto pai, preocupa-me muito que a minha filha que venha a integrar um ensino que seja municipalizado, por varias razões de ordem prática, uma vez que eu poderei ser obrigado ou poderei optar por a determinada altura da vida académica da minha filha, mudar de município. O que é que isso significa para ela? ----------

----- As aprendizagens que ela vinha a desenvolver, em determinado município com determinado currículo, não terão continuidade noutro. Como é que ela vai depois dar continuidade num determinado grau de ensino a conhecimentos que ela não teve porque noutro município o currículo poderá ou será 25% diferente? ----------

------ Como é que será feita a gestão da migração de alunos entre municípios. Isso, eu, não consigo entender. ----------

------ Depois preocupa-me também o facto de o estabelecimento de ensino servir para formar portugueses e não serve para formar aguedenses ou para formar conimbricenses. ---

------ Portanto, eu defendo que o sistema de ensino deve ser centralizado no ministério e claro que nós todos temos o direito e o dever de participar nas instâncias próprias, não apenas no nosso município porque, afinal, nós não estamos a formar aguedenses. Volto a repetir: estamos a formar cidadãos portugueses que poderão até fazer todo o seu percurso escolar num determinado município e fazer a sua vida profissional noutro. ----------

------ Ora: como fazer aqui a conjugação entre a vida empresarial e profissional de um determinado município com a educação? Com que fim? Para que depois um estudante desse concelho, não ter as capacidades ou as competências para trabalhar num outro concelho? É isso que se pretende? ----------

------ Sinceramente, eu não consigo entender e gostaria que os deputados que estão a favor da municipalização me explicassem qual é este objetivo de aproximar a vida empresarial de um concelho, à vida escolar. Estamos a circunscrever o futuro da educação das nossas crianças ao nosso concelho. É isso que nós queremos? Ainda para mais quando nós vivemos numa época em que o nosso governo diz que nós já não temos direito a um emprego para a vida toda; já não temos sequer direito a ter casa própria; ter casa própria era um luxo dos nossos pais ou dos nossos avós. Nós devemos é arrendar casa porque nós nem sequer temos direito a morar numa determinada cidade e a pertencer a uma determinada cidade. Nós devemos ser nómadas! É isso o que o Governo nos diz. ----------

------ Ora: uma vez que somos nómadas, porquê centralizar a educação das nossas crianças num determinado concelho? ----------

------ E são estas as principais questões para não me estar a alongar mais, e que eu gostava de trazer aqui.” ----------

---------- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

------ **1** – **Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal para a realização de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na área da Educação** – **Programa Aproximar Educação.** ----------

------ O **Sr. Presidente da Câmara de Águeda** usou da palavra para tecer algumas considerações, conforme intervenção que se transcreve na íntegra: ----------

------ **Gil Nadais Resende da Fonseca** – Presidente da Câmara: ----------

----- "Começaria por dizer que a preocupação com a Educação, não veio para nós com o aparecimento deste programa. Nós desde que iniciamos funções na autarquia há quase 10 anos, sempre olhamos como um sector estratégico de atuação. Uma aposta na educação, isto porquê? Porque entendemos que a educação é fundamental. ----------

------ Quanto melhores formados, quanto mais capacidades tiverem as nossas crianças e os nossos jovens melhor podem enfrentar os desafios que lhe são colocados. Este é o nosso pressuposto. ----------

------ Começamos por dar alguns apoios, melhorar as condições nas escolas e a avançamos para um programa depois de construção de edifícios escolares novos, centros educativos, que estamos na fase final de concretização. Podemos dizer que de acordo com os cronogramas que temos, no início do próximo ano lectivo, temos todo o parque escolar renovado, com excepção da Escola Adolfo Portela. E que não foi por causa das vicissitudes que houve com a Parque Escolar, porque se não esse também estaria renovado. ----------

------- Há cerca de um ano atrás, entendemos que era chegado o momento de fazermos mais alguma coisa na área da educação. E eu e a senhora vereadora solicitamos uma audiência com o ministro da educação que nos recebeu juntamente com um dos seus secretários de estado, onde fomos solicitar que nos transferisse mais competências na área da educação. Porque entendemos que a proximidade era favorável e a Câmara de Águeda entende que a aposta na educação é uma aposta no futuro, é uma daquelas apostas que devem ser feitas se queremos um desenvolvimento do país e das nossas terras. ----------

------ Estivemos durante largo tempo sem qualquer resposta, meses podemos dizer e depois apareceu o "Aproximar Educação" e, obviamente, não lhe voltamos as costas. Porque entendemos que poderá ser o modelo que queríamos, nós não tínhamos um modelo, sabíamos que queríamos fazer mais e melhor pela Educação no nosso concelho. Surgiu uma janela de oportunidade por parte do governo e nós como sempre e em qualquer assunto gostamos de estar na primeira linha, para aproveitar essas oportunidades. Porque, meus senhores e senhoras, eu confio na equipa que temos na câmara, confio nos senhores e nos cidadãos de Águeda e penso que em conjunto podemos fazer mais e melhor por

aquilo que está na nossa terra e aquilo que é nosso. ----------
------ Iniciámos este processo e veio logo aquele chavão da municipalização da educação. E nós tivemos o cuidado de dizer ao Senhor Ministro e ao Senhor Secretário de Estado que não queríamos transferências de professores, não temos nada contra os professores, mas entendemos que há muito que se pode fazer sem pensarmos nessa situação. Porque sabemos e tínhamos a noção que ia ser uma situação controversa, mas sempre esteve fora do nosso objectivo. Porque o que nós queremos mesmo, é dar possibilidades as escolas de fazer mais e melhor. ----------
------ Enviaram as propostas, e sempre que nós fomos chamados ao ministério, para discutir essas propostas ou para nos serem apresentadas, tivemos o cuidado de levar connosco os directores de todos os agrupamentos. Porque neste processo não é a câmara que está interessada em ter mais competências, nós queremos que isto seja verdadeiramente uma descentralização, e as competências sejam utilizadas por aqueles que estão mais próximos e que necessitam de resolver o problema mais rapidamente. ----------
------ Depois de passado um momento de muito tumulto, eu queria agradecer, por aquilo que se passou e que se viu nos diferentes agrupamentos, a confiança que os professores, os alunos, os pais e o pessoal auxiliar, têm e dedicam à câmara com a concordância com este processo. ----------
------ Há uma situação que nós podemos verificar, é que os 3 agrupamentos, que mais perto trabalham com a câmara, manifestaram-se favoravelmente a este processo. Aquela escola que praticamente não trabalha connosco, as escolas secundárias tem uma relação directa com o governo, nos não temos sequer o pessoal auxiliar portanto, foi a única que se manifestou contra. Isto para nos é significativo. É que estes agrupamentos já tiveram as duas experiencias, sabem o que é trabalhar com ministério e sabem o que é trabalhar com a câmara. E a sua resposta foi conclusiva. ----------
------ Aquilo que nós pretendemos e dizem-nos que não temos um projecto para a educação, não temos uma conduta, uma linha, nós temos, mas queremos defini-la com os pais, professores, agrupamentos de escolas. Isto não é uma imposição, não é o Senhor Presidente da Câmara ou a Senhora Vereadora que querem comprar um qualquer projecto educativo e impô-lo seja a quem for. Nós fomos buscar a universidade de Aveiro para fazermos um projecto educativo que queremos fazer para o concelho, participado por todos, que queremos que todos colaborem. Porque a educação não pertence a ninguém, é de todos. E nós queremos fazer o melhor na área da educação. ----------
------ Compreendo o receio dos professores, sinceramente compreendo, e uma alteração destas era muito mais fácil de fazer, se o sistema estivesse a expandir mas o sistema não

está a expandir, está a contrair. Há menos alunos e haverá menos alunos, e este é um problema que temos de enfrentar. Não vale a pena escamoteá-lo, mas nós queremos apostar nas pessoas que estão nas escolas. E temos dito isso nas diferentes reuniões. ---------- Há inclusivamente objectivos que nós tínhamos e que mantemos, mas que podemos prescindir deles, se não forem garantidas as condições as pessoas. Porque as pessoas para nós são importantes, e por isso em todo este programa, aquilo que está em causa é aceitar os desafios de fazermos melhor. Porque a câmara não entra nisto por motivos economicistas, nunca foi nosso objectivo ganhar dinheiro com este projecto, a câmara não entra nisto para ganhar dinheiro. A câmara vai envolver verbas neste projecto. Nós sabemos o que vem do ministério, sabemos o que as escolas têm e nós queremos ir mais longe, queremos que haja mais capacidade de intervenção das escolas. Queremos também, e vamos dize-lo claramente que queremos tirar algumas coisas das escolas. ---------- Por exemplo, as fotocopiadoras. Temos um contrato que gere as fotocopiadoras de 20 ou 30 escolas, porque não há-de gerir mais 4 ou 5 e está tudo integrado? As comunicações? Estas atividades não são o *core* das escolas, nós queremos deixar nas escolas o que é realmente importante para as escolas, queremos fazer uma matriz de competências, em que as competências sejam o mais possível, de quem está próximo dos alunos e da escola. Porque a única condição que colocamos, é que os agrupamentos e as escolas tenham todas as mesmas competências. Porque era ingerivel, ter um agrupamento com umas competências e outro com outras, não faz o mínimo sentido. ---------- Nós queremos que isto seja um projecto conseguido, há uma matriz comum, mas cada escola tem o seu projecto, em que aumenta as suas diferenças, no sentido de maior oferta de respostas a todos alunos do concelho. ---------- No final, nós estamos nisto porque acreditamos que é possível fazer mais e melhor. E porque se esta correr mal, é para ser avaliada todos os anos e em permanência, o ministério diz-nos vocês não foram capazes e retira-nos as competências e volta atrás. Portanto meus senhores, eu não compreendo tanto alarme sobre estas situações, porque o mínimo está sempre garantido, é a base do ministério, é só daí para a frente. E é nessa prespetiva que nós nos colocamos. Porque queremos ser e afirmarmo-nos como um concelho atrativo. E atrativo não é só ter regeneração urbana, não é só ter indústrias, não é só ter outras coisas, é ter uma educação de elevada qualidade. Porque eu sou defensor da escola pública, e quero que a escola pública tenha as melhores capacidades para dar a possibilidade a todos os alunos de desenvolverem as suas capacidades ao máximo. E é este o projecto que queremos, como vamos fazer? Vamos todos juntos e com o apoio dos técnicos das universidades, com os pais, com os professores, com o pessoal, com os técnicos da câmara

e connosco mesmo, para construirmos um futuro diferente. É isto que está em causa, o mínimo é garantido, é aquilo que temos, o ministério dá, queremos ir mais longe e mais à frente.” ----------

------ Foram feitas as seguintes intervenções, que se transcrevem na íntegra: ----------

----- **Francisco Manuel Camossa Abrunhosa Simões** – CDU; ----------

------ “Três notas prévias e depois uma intervenção por escrito para ficar registada na Ata. ---

------ É curioso que houve uma gafe na convocatória desta reunião, como disse o Sr. Presidente, desta o que prova que este processo está inquinado desde o princípio até hoje. Convocar para aprovar?! Enfim! Acontece! Não estou a criticar ninguém. Estou a achar piada pela coincidência dos fenómenos, que são uns atrás dos outros, de uma forma absolutamente diabólica. ----------

------- A segunda é que concordei objetivamente com a intervenção de três pessoas que o fizeram aqui, não concordei tanto com o Sr. Presidente da Associação de Pais, é óbvio e todos entendem porquê. As intervenções deles foram muito claras. ----------

------ Finalmente, não entendo a intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Porque perante extremamente concretos e objetivos colocados pelos senhores professores, não responde. Foge a tudo! Fala no vazio! O Sr. Presidente da Câmara, mostra aqui que não sabe onde está metido nem faz ideia nenhuma do que é que é isto. Nós perguntamos-lhe o nome e ele diz a idade?! A situação é esta. E Águeda quer embarcar numa barco destes? ----------

------ Passam precisamente hoje 46 anos, 17 de abril de 1969, sobre o dia em que altos dignitários do anterior regímen inauguraram na Universidade de Coimbra o Edifício das Matemáticas. ----------

------ O então presidente da Republica, Américo Tomás, acompanhado por um séquito de ministros, não deu a palavra ao Presidente da Associação Académica de Coimbra que a pediu para falar naquela sessão em nome da Academia. ----------

------ Foi cortada a palavra ao Presidente da Associação Académica, que em nome dos estudantes pedia o fim da guerra colonial, mais democracia para Portugal e principalmente, a autonomia da Universidade. ----------

----- Tomás e os seus acompanhantes abandonaram repentina e furtivamente o local e a PIDE prendeu, na calada da noite, o Presidente da Associação Académica juntamente com alguns outros dirigentes associativos. Rapidamente se seguiu a sua mobilização para a Guerra Colonial! ----------

------ Em 8 de novembro de 1998, incrivelmente já decorridos 17 anos, realizou-se em Portugal um Referendo sobre a Regionalização, que como todos sabemos, disse não a um processo que poderia ter conduzido a um Portugal mais democrático e capaz de aglutinar

vontades que certamente teriam conduzido o país a uma situação bem diferente da atual. ---
----- Refiro estes dois episódios, pois participei em ambos e se em Coimbra em 1969 já lutava pela Autonomia da Universidade, em Novembro de 1998, também estive do lado dos que defendiam a descentralização administrativa do país. ----------
------ Gostava de chamar a atenção desta Assembleia e de todos os presentes, que o motivo que nos levou a reunir hoje aqui, transcende Águeda e o Concelho. ----------
------ A troco de uma pretensa descentralização, estamos a torpedear uma vez mais um dos alicerces da democracia, a Escola Publica Democrática que é defendida pela Constituição da República Portuguesa como sendo o único meio de garantir a todos os portugueses uma educação igualitária e com qualidade. ----------
------ Digo pretensa descentralização pois nada vai ser verdadeiramente descentralizado se este contrato for aprovado. ----------
------ Que vai ganhar objectivamente o Município e a troco de quê? ----------
------ Há que objetivar e quantificar esses ganhos. De outro modo argumentos a favor não passam de frases sem sentido, ditas ou escritas por ingenuidade ou por encomenda! ---------
------ E os alunos do nosso concelho o que ganharão? ----------
------ Respondam-me por favor! ----------
------ O executivo tem de ser claro nesta resposta! ----------
------ Os membros desta Assembleia devem também saber o que vão votar! ----------
------ Será que todos o sabem verdadeiramente? ----------
------ O Executivo Municipal tem também de ser claro, pois os Aguedenses querem ser esclarecidos, já não falando nos eleitores e militantes socialistas que não entendem o à vontade com que uma Câmara maioritariamente Socialista deita borda fora umas das principais conquistas de Abril, que simultaneamente é uma das bandeiras da Esquerda Democrática Europeia. ----------
------ Tenho de referir ainda que, em nome da CDU, apresentei nesta Assembleia Municipal uma moção contra a apoio do Município a esta iniciativa governamental, moção essa que foi aprovada maioritariamente e à qual, a Câmara Municipal de forma arrogante, não deu a mínima importância. ----------
------ De recordar também que neste mesmo Salão Nobre, em reunião convocada pelo Executivo ouvimos as opiniões de muitos professores do Concelho e de munícipes preocupados com esta temática. ----------
------ As opiniões foram quase unânimes, ou seja, da condenação da vontade do Município de Águeda aderir a uma “aventura” mal preparada, insuficientemente discutida e com um conjuntos de pontos/compromissos que em vez de reforçar, tiram a pouca autonomia que as

Escolas já possuem. ----------
------ Lamento ainda que só à última hora e sem tempo para confirmar algumas questões, que o executivo tenha mandado aos membros da Assembleia diversos pareceres. ----------
------ Entre eles, os das Associações de Escolas, que reflectem a posição destas entidades e por isso as responsabilizam e comprometem hoje e no futuro. ----------
------ Sendo bem conhecida a asfixia financeira das escolas, não permitindo o contrato o aumento da despesa e sendo conhecido que o nº actual de funcionários não chegam para assegurar os serviços, conhecido ainda que as Câmaras Municipais não podem contratar mais pessoal, como se avizinha o futuro? Serão os tais funcionários que não foram ouvidos? Tal como os pais que não foram ouvidos, para que a posição da Associação de Pais fosse aqui ouvida? Não houve legitimidade democrática no processo. Falando nos funcionários, o que é que vamos ter? ----------
------ Vamos ter que pôr aqui pessoas através do IEFP ou através de uma empresa de contrato de trabalho temporário? É isso que se pretende? ----------
------- Que garantias têm os trabalhadores do ministério da Educação quando aderirem à Câmara? ----------
------ A Câmara não tem mais dinheiro, não pode aumentar salários, o ministério não tem condições de dar mais dinheiro: isto está muito mal contado. ----------
------ Tinha aqui uma série de noras que me dispenso porque o Sr. Professor Januário foi de uma forma clarividente e conhecendo muito melhor a problemática internamente, vou passar adiante porque ele foi extremamente claro. ----------
------ Há aqui uma questão que é meramente política, não é pessoal! ----------
------ Colocadas estas questões, que têm a ver connosco, ou seja com Águeda e com os Aguedenses, que tal chamar também a atenção aos desatentos para o facto de se esquecerem que no momento político que temos vivido, a saúde, a justiça, a solidariedade social, a economia e “the last but not the least” como dizem os ingleses, a educação, têm sido um “tsunami” de desgovernação. ----------
------ No Caderno de Encargos recebido pelo atual Governo e elaborado pelo grande capital Nacional e Internacional, as tarefas não são exclusivamente contra os trabalhadores e as classes mais desfavorecidas do país, que viram os seus salários baixar, que perderem direitos que a democracia lhes tinha garantido (educação, saúde, segurança social), que perderam os empregos e que viram o futuro dos seus filhos sem “qualquer futuro”! ----------
------ Estão também incluídas nesse Caderno de Encargos as privatizações dos transportes (Carris e Metro de Lisboa, STCP e Metro do Porto, EMEF, TAP Air Portugal, das Águas e da Recolha e Tratamentos de Lixos, de Unidades de Saúde Publicas, etc, etc …. agora da

Educação). ----------
------ É este em nossa opinião o enquadramento da situação. ----------
------ O *leitmotiv* deste governo é sobejamente e conhecido e mostrado pela prática do "dia a dia" desde a sua tomada de posso até hoje. Esquecer tudo isto é imperdoável e poderá ser fatal! ---------- O não vislumbre de quaisquer vantagens na celebração do contracto, a forma nada democrática, trôpega e pouco clara como todo o processo foi conduzido, o ataque à Escola Publica que tal negociação representa, negociação essa acordada com um governo moribundo, e finalmente a "*praxis*" politica desse mesmo governo, não pode ter outra posição da CDU que não seja a rejeição liminar da celebração de qualquer contracto de Delegação de Competências na área da Educação ente o Município de Águeda e o Ministério da Educação." ----------
------ **Paulo Sérgio Gomes Tomaz** – PS: ----------
------ "Sem prejuízo do debate que já foi aqui mantido, e sem o recuperar na totalidade e sem o prejuízo da declaração de voto que apresentaremos juntamente com outros membros desta Assembleia pelo Partido Socialista, farei aqui também uma breve declaração politica. -
------ Sabemos já todos que este processo foi feito de avanços e recuos e que percorreu um caminho muito pouco claro, de costas voltadas para os professores, que aqui estão hoje em grande número, aos funcionários totalmente e aos alunos, também absolutamente. ----------
------ O processo que foi feito de forma intermitente, conduzido por um governo que até agora marcou o maior desinvestimento que há memória na história, após o 25 de Abril. -------
------ Representando o orçamento para o ensino básico e secundário, é sensivelmente o mesmo do ano de 1998, antes de entrar o euro, no nosso país, o que demonstra bem o estrangulamento a que foram votadas as instituições de ensino e quais são os propósitos deste Governo. ----------
------ Quando se prepara a menos de meio ano das eleições legislativas, à pressa, o início da maior transformação do serviço de educação e democracia, importa enquadrar alguns aspetos de forma muito sumária acerca da contra parte nesta proposta de acordo. ----------
------ Tenhamos por claro: o Partido Socialista sempre foi a favor da descentralização administrativa enquanto um meio de alargamento dos próprios serviços do estado. Este Governo desprezou durante todo o seu mandato o poder local. Ao longo deste mandato, ao invés de ter sido promovida a coesão e a igualdade, o Governo optou por uma reforma cega no plano das freguesias, pela mão do ministro Relvas, extinguindo freguesias, contra autarcas e contra populações. Em vez deste Governo ter procurado aprofundar o municipalismo, apresentou neste mandato o regime jurídico das autarquias locais e do associativismo autárquico que foi vetado pelo Sr. Presidente da República. Não preparou

uma verdadeira descentralização de competências para os municípios e para as freguesias. O Governo não fez estudos e neste momento não temos estudos que baseiem esta grande transformação e não promoveu um debate amplo e atempado com os autarcas, os profissionais e os alunos, com a restante comunidade e com especialistas. Este governo quis e foi sempre além da *troika* e, citando o Sr. Primeiro-ministro "O programa da *troika* é o nosso próprio programa". E cortou tanto quanto pode nos serviços do Estado e privatizou tudo quanto conseguiu e venha a conseguir e desqualificou a qualidade dos serviços essenciais para que se tornem obsoletos e a que os cidadãos transitem progressivamente para os serviços privados e que os serviços públicos sejam preparados passo a passo, porque nunca é de uma vez só, para a sua privatização. Digamos de uma forma clara. Continua em curso um autêntico ajuste de contas com o 25 de Abril, que terminará, esperemos, em setembro ou outubro deste ano. ----------

------ O estado social e a Constituição para este governo, não são instrumentos vitais de desenvolvimento. São obstáculos e entraves à sociedade ultra liberal pretendida, desregulada e do salve-se quem puder do estado tão mínimo e sem qualquer missão e, portanto, totalmente eficiente. E é esta a eficiência que pretendem para a Educação, a Saúde a Justiça e a Segurança Social. Serviços residuais de cariz caritativo e destinados aos mais pobres dos pobres. ----------

------ Agora, e é o que nos traz aqui hoje, entrámos numa nova fase feita totalmente à pressa e em cima do joelho. Quer-se obrigar a que sejam os municípios a prosseguir os cortes para que um dia as contradições geradas pelas assimetrias e pelos problemas de financiamento sejam tais, que cada vez mais cidadãos optem pelos privados. Serão as autarquias quem ficará alvo deste descontentamento. E no caso recente das águas se pretende fundir empresas para facilitar a sua posterior privatização, neste caso é totalmente o inverso. É um bolo grande demais para se não for espartilhado vir a ser privatizado. Então é este o caminho seguido pelo governo. Os partidos do governo já demonstraram sobejamente o valor que dão ao poder local que sempre trataram como meros serviços administrativos e sempre foram contra a regionalização e uma verdadeira descentralização, porque está hoje aqui em causa é uma desconcentração, não uma descentralização. Sejamos claros! ----------

------ Não é a descentralização como uma verdadeira estratégia e desenvolvimento do papel do Estado que o governo pretende. Todos o sabem! Este processo começou podendo incluir tudo e mais alguma coisa. Passou-se ao absurdo de serem as próprias câmaras municipais a colocar os limites a essa mesma delegação de competências. ----------

------ A confusão em que todo este processo foi conduzido pelo ministério, os argumentos que em larga medida se baseiam nas suas próprias falhas e incompetências, não podem

merecer-nos qualquer confiança. O país precisa, sim, absolutamente e espera que o próximo governo possa faze-lo, de uma reforma da administração regional integrada, estudada, debatida, através das comissões de coordenação de desenvolvimento regional e das áreas metropolitanas. É necessário estudar e avançar para o reforço do municipalismo, instrumentos que dêem maior ênfase à democracia e às comunidades intermunicipais. O país precisa e este governo não quis, de uma reforma multidisciplinar e que tenha um fio condutor e um horizonte e diga-se: esse horizonte é a regionalização. ----------

------ O processo sobre o qual hoje nos pronunciamos, é um atirar para longe da responsabilidade do governo, de uma área vital e que é a maior responsável pelo nosso desenvolvimento após o 25 de Abril e não mostra quaisquer preocupações de salvaguarda da integridade da soberania do Estado em domínios que o exigem, como é o da Educação. Não poderia haver melhor exemplo. ----------

------ Este executivo municipal, que eu apoio, desde sempre fez da educação uma das suas principais prioridades e muito bem, mas eu entendo que não deve aceitar este presente envenenado e deve também rejeitar o que é um ultraje, um engodo e uma chantagem do governo, quando é afirmado que haveria a prioridade no investimento para os municípios que aceitarem colaborar nas suas intenções. Este é um presente envenenado. ----------

------ A aposta que a Educação mereceu no passado trouxe muito desenvolvimento ao nosso país e também a este concelho e deu armas aos portugueses nomeadamente para fazer face, a esta pesada crise. Precisamos de serviços de Estado fortes em que se articulem os diferentes níveis da administração pública, reforçando sim, os poderes locais com cabeça, tronco e membros, de modo a que se não caminhe para autarquias estranguladas por terem cada vez mais que substituir-se ao Estado. É também este o objetivo. Este processo, levado a cabo desta forma, que é até um ataque ao próprio conceito de descentralização, que não é nem se faz por somar as desconcentrações de competências com vistas autoritárias e com ímpetos de final de ciclo. Resultará este processo em mais precariedade para quem trabalha, menor coesão social e territorial, menor autonomia para as escolas. O que precisamos é de um plano a médio e a longo prazo para o poder local democrático, que é na verdade uma das maiores concretizações do 25 de Abril. ----------

------ Caros membros desta Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, esta não é a forma, o modelo e o tempo para embarcarmos neste projeto. Este não é o Governo, ainda mais, a meses de saírem, em quem devamos depositar a nossa confiança e já deu provas disso, de uma única reforma bem sucedida até ao momento. Este é o Governo que, tal como o de Santana Lopes, causou o caos no arranque do ano letivo. Este é o Governo que

colocou os serviços hospitalares a caminhar para a calamidade como bem sabemos aqui em Águeda. Este é o Governo que desligou a ficha da justiça. Este é o Governo que reduziu o tratamento da Cultura a uma incipiente secretaria de estado. São todas estas áreas que estão em causa, sendo que a piloto é a Educação aqui no nosso Concelho**.** Não é este parceiro nem o processo e acima tudo não são os objetivos que nós devemos apoiar. Basta de destruir o Estado e a Democracia! ----------

------ A Educação é algo sério demais para experiências que não mereceram estudo. Defendo um ensino que emancipe e não um ensino reprodutor da própria estratificação social e é este também o objetivo da direita. Aqui, nesta Assembleia Municipal julgo que devemos também hoje, uma oportunidade vital para defender a educação dos jovens aguedenses e não só. ----------

------ Votarei contra esta proposta do executivo que apoio, como se faz em consciência, porque considero que rejeitar este processo aqui, no nosso concelho, hoje, é um serviço a quem nos elegeu, aos nossos alunos e também ao nosso país.” ----------

------ **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara** – PJF da União de Freguesia de Águeda e Borralha: ----------

------ “Hoje é um dia de luto nacional porque morreu um homem, conforme aqui foi dito, que fez com que o nosso país disparasse naquilo que é tão importante como a investigação científica e área de topo do nosso país. ----------

------ Por sorte ou por azar, está-se a discutir na minha terra a municipalização, descentralização, desconcentração “des” não sei o quê, da Educação. ----------

------ Do que eu aqui ouvi, do que aqui tenho ouvido nada fala de alunos. No documento nada fala de alunos. Apenas se fala que as escolas vão ser avaliadas pelo índice dos testes de Matemática e Português. Não há uma linha condutora estratégica no documento para que a educação melhore em lado nenhum do documento. O que eu verifico é que este Ministério da Educação tem a distinta lata de colocar num documento o seguinte: “vamos passar a Educação, em delegação de competências, para a Câmara. A Câmara gere bem, dá lucro, poupa dinheiro; 50% é para o ministério que nada faz – a única coisa que fez foi despachar para a Câmara. Mais, se a Câmara Municipal não atingir os objetivos que estão definidos, 100% do lucro vai para o Ministério. Alguém que tem a capacidade de colocar isto num documento, justifica um bocado o que aqui anda a fazer. ----------

------ Depois, verificar que neste documento há uma coisa que se chama precarização do trabalho e estou precisamente a falar dos funcionários: os contínuos que agora são auxiliares de educação, no meu tempo chamavam-se contínuos. E havia a contínua que era a Maria e a Rosa que Águeda inteira conhece e que são peça fundamental nos

estabelecimentos de ensino porque tem a ver com a paz social que há nos intervalos quando as escolas, cada vez mais são mega agrupamentos e de um grande número de alunos. O que é que se vai poder fazer? – Eu não gosto da contínua X, despacho-a desta escola para a outra. Se fosse no Ministério da Educação não se podia fazer isto. Isto está no documento. ----------

------ Depois, é mesmo precarização do trabalho. As pessoas vão ficar na mão do diretor, da Câmara. Depois vir aqui dizer-vos e, repetidamente, que o ensino em Portugal está mal, é mentira! Não vale a pena dizer as coisas muitas vezes porque não passa a ser verdade. Porque de 2003 até 2013, no ranking de Pisa, Portugal é dos países que mais cresceu, que mais andou para a frente, em direção aquilo que parece que é a pretensão de todos. Estamos à frente de países como a Espanha, como a Suécia, como a Inglaterra e países de topo europeu e portanto de topo mundial. Agora, imaginem que tínhamos bons professores e bons alunos. Éramos o número um do mundo. Imaginem isso. E a Educação, meus senhores, não é uma questão de profissão de fé. Não basta dizer que eu quero mais e melhor. Qualquer cidadão quer mais e melhor. O que é preciso, é que os documentos que alicerçam toda esta estratégia venham definindo os caminhos e por onde é que se vai. É que aqui não se define. Do que eu percebi do Sr. Presidente da Câmara, o executivo vai limitar-se a ser o incómodo das escolas porque, afinal, quem sabe de Educação são os professores, todas as competências vão ser dadas às escolas e aos Agrupamentos de Escolas e a Câmara, pelo que me parece, gere as fotocopiadoras e um sem número de outras coisas. Parece-me muito pouco, na Educação. Quando nós temos um Governo que disse nas eleições, que havia três áreas – porque numa ele não falou porque não pode, que é a justiça – que são pilares de um estado de direito, dum estado democrático e de um estado solidário que é: Educação, Saúde e Segurança Social. E, o Sr. Primeiro-Ministro, contrariamente ao que dizem, não enganou ninguém. É dos primeiros-ministros que mais verdade falou aos portugueses. Ele disse que queria privatizar estas áreas e está a faze-lo paulatinamente. Reparem que o número de hospitais privados neste país nasce quase como os cogumelos. Nós até já cá temos, em Águeda, um hospital semi-privado. ----------

------ Então, na Educação, permitir-se desinvestir na Educação pública, da forma que foi desinvestido neste país, e estão aqui os senhores professores que melhor do que ninguém sabem e os senhores diretores de agrupamentos, no ensino privado, mantém o mesmo financiamento que tinham? Isto não é incentivar, potenciar, financiar o sistema privado para que ele seja melhor que o ensino público? Isto não é uma forma de valorizar um e desvalorizar o outro? ----------

------ Digam-me por favor, se o meu raciocínio não vai ao encontro da realidade que nós

verificamos. ----------
------ Depois, um governo que manda aqui dois secretários de estado, falar em Águeda, em que quem fala é o Secretário de Estado da Administração Interna ou Administração Local e o Secretário de Estado da Educação parecia uma múmia paralítica que mal pestanejava?! E dizer que aquilo na 5 de Outubro funciona mal. Isto devia causar-nos a maior perplexidade, porque há áreas em que experimentar é complicado. ----------
------ Experimentar muito na saúde pode pode-nos dar direito a ficarmos coxos, pernetas ou morrer. Experimentar muito na Educação, pode fazer de facto, como nos países europeus que estavam no topo do ranking, que se meteram com experimentações, com a gestão de proximidade e com este tipo de coisas e vieram do topo por aí abaixo e hoje estarem com problemas nacionais como a Suécia, que quer que a Educação volte para o ministério. -------
------ Descentralizar, é dizer: "Eu tenho esta competência e eu entrego-vos." O Partido Socialista nunca disse que era contra descentralizar, mas descentralizar não é meramente contratualizar, ou criar uma repartição aqui na província do governo central, porque a câmara não fica com competências próprias na Educação. Fica a gerir aquilo que o ministério deixa e entende. ----------
--- Eu queria aqui dizer que eu sou completamente contra esta aventura, uma aventura sem princípio, sem meio e sem fim. Contudo, tenho a humildade de dizer aqui que se se avançar por este caminho, e eu espero que não, pois também há outra coisa que estão a fazer: estão a colocar o peso da decisão disto tudo, o peso da decisão de mudar uma coisa que é do país, em cima de pessoas que são deputados municipais, presidentes de junta, que a esmagadora maioria não tem conhecimentos específicos e profundos e a maioria de nós não está aqui a tempo inteiro nestas áreas, não tem espaço nem tempo preparado para uma decisão destas. É nos meus ombros e por mim falo. Sinto que aquilo que daqui sair e os resultados que daqui advierem passarão muito pela decisão que eu tomar. Tomámos aqui algumas decisões e eu fui, com a minha convicção, achando que era o melhor e que hoje estou arrependido; se calhar a situação da AdRA é uma situação da qual me arrependo, em consciência pensava que esse era o caminho e era a melhor solução para todos e todos estamos a chegar à conclusão que não. E portanto, não me parece correto que a decisão disto tudo passe por esta Assembleia e passe pelo agrupamento de escolas onde estão doze ou treze pessoas a representar toda a comunidade educativa. Porque é que se afastaram os sindicatos, que são pessoas especializadas na área, pessoas que representam a classe dos professores. Portanto, é um peso brutal, um peso terrível, que é colocado em cima de pessoas que na sua esmagadora maioria e na minha opinião, não têm os dados, não tiveram as horas suficientes de discussão e de esclarecimento para decidir

algo de tão importante que põe em causa o futuro do país. ----------
------ Não quero começar a votar nas próximas eleições autárquicas, que o presidente da câmara é o ministro da educação, que será o secretário de estado da Indústria. Não! Cada um no seu lugar! Cada poder tem que ter o que a Lei nº 75 define. Tem que ter as suas competências próprias. ----------
------ Autarquia quer dizer que tema capacidade de se auto governar. É autónomo, é independente. E a Câmara Municipal de Águeda é preciso dize-lo aqui, na área da Educação, tem feito excecionais trabalhos como os transportes escolares. ----------
------ Façam-me um favor! Venham aqui e contradigam-me! ----------
------ Tenham a coragem de vir aqui onde eu estou e contradizer com argumentação, não com chavões! Não! Devem apontar caminhos. Porque o Ministério da Educação, que permite num país como o nosso que os alunos passem de 20 para 28 ou 30 por turma, está a rebentar com a Educação. Um governo que diz que afinal um professor em vez de aturar 18 tem que aturar 28 meninos, onde é que há o poder de concentração? ----------
------ Aonde é que o mestre tem a capacidade de manter 28 crianças atentas? É esta a Educação que este Governo quer? Pois, mas o que vai passar para a Câmara e que está no documento, não é mais um tostão do que o que está, mas o que é curioso é: Onde estão os psicólogos das escolas? Onde é que estão os técnicos de apoio às crianças com deficiência? Onde é que estão os técnicos de apoio de terapia da fala? ----------
------ Acabaram com esses serviços e agora passa para a Câmara? Que é para a câmara investir do dinheiro da câmara. ----------
------ Mas eu sou autarca e, como autarca, entendo também que se é competência do governo central investir na Educação, não deve passar essa rasteira à câmara, que deixará de investir nas suas competências próprias para investir na Educação. Não me parece correto porque nós vivemos num país aonde a cama é curta, mas o lençol é muito mais. Portanto, se se tapa a cabeça, destapa-se o joelho. Se tapa os pés destapa-se a cabeça e aqui, não há solução. ----------
------ Eu ontem ouvi na RTP2 o presidente da Associação Nacional de Municípios e ele disse uma coisa que eu não quero acreditar que seja verdade. Bom, mas ele é o presidente da Associação Nacional de Municípios! Parece que há municípios que estão a embarcar nisto porque têm graves problemas económicos e portanto vêm nisto uma bóia de salvação. Não fui eu que disse. Foi o presidente da Associação Nacional de Municípios. Obviamente que não é o caso da Câmara de Águeda. A questão é que este modelo serve para tudo.” ----------
------ **Pedro António Machado Vidal** – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcôba: ----------

------ “Uma saudação especial aos jornalistas da minha cidade lá do Brasil, Pelotas, Leitão Rocha e José Ricardo Castro, que estão aqui no âmbito de um processo de geminação entre cidades Pelotas e Aveiro, assim como houve a visita da comitiva de Rio Grande do Sul a Águeda, na geminação Águeda e Rio Grande. ----------

------ Já ouvi aqui muitos discursos, mas acho que tenho um que é um porco melhor que o vosso ou pelo menos um pouco mais correto. ----------

------ Eu vou dizer-vos o que é que aqui está em causa: ----------

------ No seguimento de um longo processo de análise do processo “Aproximar Educação”, que mais não é do que um contrato interadministrativo de delegação de competências, na área da Educação, nós, no CDS, consideramos que o mesmo trará inúmeros benefícios a toda a comunidade educativa do nosso concelho. De tudo o que analisámos, destaco aqui seis dos principais objetivos desta descentralização: ----------

------ 1º - Descentralizar – O governo e o município de Águeda celebrarão um contrato que irá transferir poderes e funções da administração central para a nossa autarquia definindo recursos financeiros, humanos e materiais para o seu exercício; ----------

------ 2º - Gestão local – No projeto em causa, vai ser reforçado o papel e a intervenção do município, das escolas e das respetivas comunidades educativas, que são os pais, os encarregados de educação, os alunos, o pessoal docente e não docente, na definição e na gestão de todo o processo educativo; ----------

------ 3º - Projecto-piloto, ou seja: este é um projeto de descentralização que decorre num conjunto limitado de municípios e que envolve os responsáveis das escolas, nomeadamente todos os agrupamentos de escolas; ----------

------ 4º - Aproximar a Educação – Este contrato permitirá uma gestão local da rede escolar, da oferta educativa e formativa, do processo de matrículas, da constituição de turmas, do calendário escolar, do pessoal não docente e das infra-estruturas e dos equipamentos; -------

------ 5º - Gestão do pessoal docente – O Ministério da Educação vai continuar a gerir as regras e os currículos nacionais, o pessoal docente, vai continuar a financiar a educação e a avaliação externa das escolas, dos alunos e dos professores; ----------

------ 6º - Conselho Municipal da Educação – Este órgão será ainda mais valorizado e o seu papel passará a incluir todos os diretores das escolas do nosso concelho. ----------

------ Passemos agora às vantagens deste processo: ----------

------ Vou falar-vos daquelas que acho que são as principais vantagens desta descentralização e, repito: descentralização; isto não é uma municipalização. ----------

------ 1ª – Adequação das decisões da atividade educativa, às especificidades locais; ----------

------ 2ª – Gestão baseada numa maior e melhor informação sobre a realidade de cada

território; ----------
------ 3ª – Eficiência e eficácia na gestão dos recursos; ----------
------ 4ª - Maior envolvimento da comunidade educativa local; ----------
------ 5ª – Maior articulação e ajustamento da oferta educativa ao nosso mercado de trabalho; ----------
------ 6ª – Responsabilização política da gestão perante a população, aquilo que todos nós pedimos. Responsabilização política! ----------
------ Agora quero vos esclarecer a todos do que não vai acontecer com este processo. -------
------ Não vai haver alterações no corpo docente; ou seja: a gestão dos professores irá manter-se nas escolas e os seus vínculos irão manter-se com o Ministério da Educação sem a alteração dos poderes de distribuição do serviço docente. Quer no processamento dos vencimentos, quer na avaliação de desempenho em todo o seu poder disciplinar. Não vai haver incentivo à dispensa de docentes; ou seja, o atual contrato não prevê qualquer tipo de prémio financeiro a atribuir ao município perante este efeito, como muitos diziam e ouvi muitos dizerem. Na oferta formativa de base local, será obrigatório o recurso aos docentes disponíveis, inclusive as AEC's; ----------
------ Não vai haver perda de autonomia nas escolas, ou seja, vão ser salvaguardados no contrato a autonomia das escolas bem como as competências próprias e não poderão existir decisões pedagógicas ou curriculares sem o entendimento e a concordância de cada escola. ----------
------ Por fim, não vai haver a privatização da Educação, ou seja, repito, não vai haver a privatização da Educação e se alguém acha o contrário que venha aqui a este púlpito dizer se vai haver ou não privatização da educação, quando eu ouvi aqui, muitos dizerem. Sejamos sérios naquilo que dizemos aqui no púlpito! Não vai haver a privatização da Educação, ou seja, a delegação das competências vai ocorrer apenas entre entidades públicas, neste caso entre o Ministério da Educação e Ciência e os municípios e não serão permitidas qualquer subdelegação de competências em entidades privadas e que isto fique bem claro! ----------
------ E, para finalizar, acredito que este processo permitirá consolidar a colaboração entre as escolas e a comunidade local, onde vai incluir o mundo empresarial, as instituições sociais, culturais e desportivas. ----------
------ Permitirá também reforçar o combate ao insucesso e ao abandono escolar, através da articulação das ações educativas, ao nível da saúde, educação, prática desportiva, mobilidade, etc. Permitirá também, apoiar as escolas na sua diversidade pois vai complementar o ajustamento entre a oferta das necessidades e as especificidades locais.

Permitirá, também, adequar a rede escolar e promover a flexibilidade curricular, ajustando a rede escolar às nossas necessidades locais. Permitirá, também, promover a articulação dos projetos educativos das escolas de todas as escolas de Águeda. Permitirá, também, adaptar os horários escolares em função dos períodos de trabalho e do transporte de cada aluno. Permitirá, também, melhorar a coordenação da intervenção social onde o município e as escolas, já têm um papel fundamental. Permitirá, também, articular as necessidades locais de trabalho com as escolas através da disponibilização de estágios para formação em contexto de trabalho, reforçando assim a empregabilidade e o empreendedorismo. ----------

------ E, por fim, permitirá possibilitar ganhos de escala na gestão financeira e na manutenção da conservação das infraestruturas, permitindo que as escolas concentrem mais na sua gestão pedagógica e curricular.” ----------

------ O **Sr. Presidente da Câmara** usa da palavra para resposta a algumas colocadas: ------

------ “Respondendo ao Eng. Francisco Simões, gostaria de saber quais as questões que ele gostaria de ver respondidas porque eu respondo-lhe a todas. Não tenho qualquer problema a respeito disso. ----------

------ Não sei como estamos a torpedear a escola pública. Aquilo que desejamos é aumentar as competências da escola pública. Eu não quero uma escola pública nivelada por baixo. Quero uma escola pública que tenha o mínimo que seja garantido pelo governo e que nos dê liberdade para ir acima desse nível. É isso que eu quero. E isto não é torpedear. Isto é poder servir de exemplo a outros que queiram também seguir o mesmo caminho. Porque aquilo que eu quero é que o governo dê o máximo para ir mais longe, para fazer mais. -------

------ O que é que vai ganhar o município? ----------

------ Financeiramente, não vai ganhar. Admito-o! O município vai investir na área da Educação porque eu considero que a área da Educação é estratégica e que é necessário ir além do que o governo nos dá e estamos em condições para isso. E se entendemos que a área da Educação é uma aposta, mesmo que não tivéssemos condições financeiras para isso, teríamos que fazer opções e se eu tivesse que fazer opções, colocava-se sempre a Educação em primeiro plano. ----------

------ Diz que esta mudança está mal preparada. Penso que não está mal preparada. Prefiro ter uma mudança assim, que me dá liberdade para, juntamente com os pares que temos aqui, estruturar o nosso plano, do que ter um qualquer decreto-lei da Assembleia da República, que me obrigue a cumprir cegamente. É que eu posso fazer greves, mas tenho de cumprir. ----------

------ Aqui eu tenho liberdade de ação. Posso discutir. E é isso que estamos aqui a fazer hoje; a ver o que é que nós podemos fazer. Onde é que está o problema disto? ----------

------ Autonomia das escolas: a autonomia das escolas vai ser reforçada. Eu não tenho dúvidas a respeito disto. ----------

------ Vamos lá ver: o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que é simultaneamente diretor de um agrupamento de escolas, mandou-me uma vez um protocolo para eu analisar porque a câmara iria ser parceiro. Quando o li, pequei no telefone e disse: É esta a autonomia que tu tens? Não tem praticamente autonomia nenhuma. Aquilo que se passa é isto mesmo! -----

------ Nós queremos que tenha mais autonomia e que possa ir mais longe. ----------

------ Quanto ao pessoal, aos funcionários, e foi uma questão aqui levantada também pelo Sr. Paulo Seara, nós não queremos a precarização dos funcionários. E isso não vai acontecer. Já aconteceu uma passagem dos funcionários do ministério para a câmara e não houve aqui qualquer precarização e, Sr. Presidente da Junta de Águeda e Borralha, não houve aquilo de mandar os funcionários de qualquer forma e para qualquer lado porque a gestão dos recursos humanos que a câmara subdelegou nos Srs. diretores é feita cuidadosamente. As pessoas merecem todo o respeito. Nós perguntámos e juntámos aqui os funcionários, todos aqueles que passaram para a câmara, se tinham notado muitas diferenças, e não notaram diferenças nenhumas; não havia qualquer alteração. Nós não queremos a precarização. Agora, com os centros educativos concluídos, nós vamos colmatar, porque podemos contratar. Na Educação pode-se contratar de acordo com os rácios, mas felizmente, a câmara ainda está abaixo do rácio nas outras áreas, mas podemos e vamos contratar os funcionários que se mostrem necessários. ----------

------ Por vezes temos situações pontuais e aquilo que nós temos neste momento é uma rede muito instável, mas não é isso que nós queremos. Nós queremos estabilizar todas estas funções e obviamente que o pessoal também. O ministério delega nos diretores a gestão e nós delegamos nos diretores a gestão dos funcionários. Onde é que está aqui o problema? ----------

------ Quanto à privatização, não há privatização. Nós defendemos a escola pública e queremos a melhor escola pública possível, por isso é que queremos investir na escola pública, porque senão era muito mais fácil deixar estar e até dar alguns incentivos aos privados que se aparecessem. Nós não queremos isso! Queremos defender a escola pública. ----------

------ O Sr. Paulo Tomás disse que o processo era pouco claro. ----------

------ Eu já tinha referido isso, pensei que já estivesse tudo esclarecido sobre essa situação. O que tem havido é uma negociação permanente. ----------

------ Já estou há muito tempo nisto e já não embarco nisto das políticas e de diferentes governos. Eu lembro-me perfeitamente como é que foi feita a transferência de

competências, num governo do PS, com a Maria de Lurdes Rodrigues. Já cá estava e aceitámos. Era um governo do PS. Eu sei como é que foi feito. Em 15 dias estava tudo resolvido. Alguém veio aqui à Assembleia discutir alguma coisa? Tenho dúvidas! Não veio! E resolveu-se. Este governo, até ao final do mandato, está em exercício de funções. ----------

------ A minha posição, não tem a ver com as decisões serem do governo A ou do governo B. É porque entendo que são melhores para o concelho. E posso vos dizer que todas estas medidas de transferências de competências foram aprovadas por um órgão de consulta do governo, onde estava o ex-presidente da Câmara Municipal de Lisboa em representação da zona metropolitana de Lisboa e esse documento foi lá aprovado. Que eu saiba não votou contra. ----------

------ Sobre o desprezo do poder local, acho que todos os governos, desde que exerço funções, são sempre a mesma coisa: é sempre a cortar no poder local. ----------

------ E já agora, e estamos a falar na área da Educação, os transportes escolares foi dito que passavam para as autarquias e que o dinheiro vinha do governo. Foi um governo do PSD e não deu essas verbas, a câmara tem défice acentuado nos transportes escolares, mas depois veio um governo do PS e continuou tudo na mesma e foi-se embora o governo do PS e continuou tudo na mesma. Portanto, uma coisa é aquilo que dizemos e outra coisa é aquilo que fazemos. ----------

------ Sr. Paulo Seara, quando falou dos rankings esqueceu-se de uma coisa. Todos esses países de que nós estamos à frente, estão todos abaixo, juntamente com Portugal, da média da OCDE. É só uma pequena diferença e eu gostava que estivéssemos acima. ----------

------ Aquilo que eu entendo do papel da câmara e do papel do nosso funcionamento, é que a câmara não tem que estar em tudo e mandar em tudo e ser tudo da forma que a câmara quer. Eu entendo que a sociedade civil tem de funcionar e a câmara tem de lá estar, participar, mas não tem de comandar. Tem de desenvolver todos os esforços no sentido de que as coisas funcionem bem. A câmara se tiver que gerir as fotocopiadoras, fica a gerir as fotocopiadoras, mas se houvesse possibilidade, nem isso quereria gerir. O que nós queremos é que as coisas funcionem o melhor possível. Nós só queremos ter o papel necessário para que as coisas funcionem bem e esse papel pode ser mais curto ou mais alargado, depende das condições e das circunstâncias. ----------

----- Quanto ao experimentar, eu peço desculpa, mas as coisas só evoluem se experimentarmos. Se nós não experimentarmos somos ultrapassados. ----------

------ Digam-me qual é o setor da vida que não teve alterações e que não foi sujeito a experiencias para nós podermos evoluir. Expliquem-me! ----------

------ Eu gosto mais da Finlândia. É ao lado da Suécia. Eles estão numa enorme

experimentação, permanentemente a experimentar e têm dos melhores resultados do mundo e estão sempre a experimentar. O experimentar não quer dizer que seja mal. Quer dizer procurar novas oportunidades. Procurar formas de adaptar à nova realidade. Procurar novas respostas para fazer melhor, porque não experimentar é acomodar, é estar na nossa zona de conforto, é deixar as coisas correrem. E quando nós deixamos as coisas correrem, quando nós vamos à luta, quando não melhoramos, somos ultrapassados. Nós temos que experimentar porque eu tenho a certeza que esse é o caminho. ----------

------ Bem: sobre a preparação dos membros da Assembleia Municipal e dos outros para tomarem decisões, eu considero-me muito bem preparado. Até tenho uma licenciatura em Psicologia e Ciências da Educação, portanto, estou preparado, podem delegar em mim que eu decido, porque, efetivamente, eu até estudei alguma coisa nesta área e sinto-me à vontade para chamar outros a participar e não me tenho posto aqui em bicos de pés a dizer vai para aqui ou vai para acolá, porque entendo que este assunto é muito importante e temos de mobilizar toda uma comunidade para o fazer. ----------

------ E digo: eu quero votar num presidente da câmara que saiba com clareza aquilo que vai fazer a respeito da Educação no nosso concelho, porque está em causa as crianças que são o futuro deste concelho. ----------

------ Também quero ir buscar o máximo de competências ao governo, porque quero que o governo dê competências e depois me avalie se eu fui capaz ou não de as desempenhar. Gosto de mostrar que com a minha equipa, com as pessoas que me rodeiam e com as pessoas deste concelho, nós conseguimos fazer melhor. E, sinceramente, não consigo perceber a posição do Sr. Presidente da Junta quando não quer que a câmara vá buscar competências ao governo e quer vir buscar competências à câmara. Não! Eu quero ir buscar competências ao governo porque em algumas áreas somos capazes de fazer mais e melhor. ----------

------ Haver municípios que estão nisto porque os municípios têm dificuldades, sinceramente não sei e não é por esta razão que estamos nisto. Temos contas equilibradas, temos uma gestão o mais correta possível e achamos que esta é uma área de grande aposta. ----------

------ Quanto à intervenção do Sr. Presidente do Préstimo e Macieira de Alcoba, concordo integralmente com tudo aquilo que foi dito e subscrevo.” ----------

------ **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara** – PJF da União de Freguesia de Águeda e Borralha; ----------

------ “Vamos então, Sr. Presidente, falar um pouco daquilo que disse, acerca do que eu disse. ----------

------ Obviamente que não pode comparar o experimentalismo e ação desenvolvida na

Finlândia, até porque na Finlândia não há 30 alunos por escola. A Finlândia tem todos os meios e mais alguns. Portanto, a gente não pode comparar o incomparável. A gente compara o que é mais ou menos comparável. E, comparar o ensino da Finlândia e todo o experimentalismo que lá é feito, assente em todas as condições que a escola tem e todos os meios para que se possa experimentar também, eu estou de acordo que vamos experimentar, mas é o Ministério da Educação, não são os municípios. É mesmo o Ministério da Educação. E, Educação, quer se queira, quer não, é mesmo com o Ministério da Educação, não é com as câmaras e as câmaras já têm uma série de competências próprias que vieram do governo central para a câmara. Tem os transportes escolares, tem a alimentação, tem os edifícios todos do 1º e 2º ciclo. Deve também dizer-se aqui e passa-se a ideia para quem não sabe que a câmara não tem nada a ver com a educação. A câmara já tem muitas áreas e acho que faz bem e chega! Não é preciso mais voluntarismo da câmara. O que está chega! Edifícios, transportes escolares, alimentação, atividades extra curriculares, só lhe falta ficar com os professores, também já tem os funcionários. Vamos lá por isto clarinho e em pratos limpos. E também lhe digo outra coisa: gerir bem e em proximidade estão cá os presidentes de junta. Então se é proximidade por proximidade, vamos lá aos presidentes de junta. ----------

------ Sr. Carlos Alberto de Valongo, meu adversário político, Sr. Secretário da Junta de Valongo do Vouga, tem dado lições ao concelho daquilo que é um trabalho de proximidade na Educação. Sr. Carlos Alberto: tenho que lhe tirar o chapéu. O Sr. faz bem! Então para isso, passa-se tudo para as juntas. Não é assim que funciona isto! ----------

------ Depois, aquilo que eu disse, Sr. Presidente, acerca das competências, vou passar a dizer novamente pois acho que ainda não percebeu o que eu disse. Eu quero esclarece-lo. Não quero deixá-lo com dúvidas. Daquilo que esclareceu acerca da Educação, depois de tudo o que respondeu, continuo com as mesmas dúvidas.--- ----------

------ O Governo, fez a lei nº 75 e a lei nº 75 é que define as competências das câmaras, das assembleias municipais, das juntas e das assembleias de freguesia, das comunidades intermunicipais. Em Lisboa, a lei não é a 75 é a Lei 56. Leia-a e perceba o que eu lhe quero dizer. Eu acho que é por desconhecimento seu, mas leia a lei 56 e perceba que em Lisboa, o presidente da câmara, não delega nada no presidente da junta. Sabe porquê? Porque em Lisboa as competências são próprias. Isso é que é delegar, não é contratos interadministrativos. O que o Sr. está a fazer é um contrato interadministrativo com o governo que, inclusivamente, um dos grandes pensadores da Educação, num artigo que escreveu, diz que inclusivamente, se calhar o que se está a fazer é inconstitucional porque vai contra a autonomia das escolas. E eu garanto-lhe uma coisa: ele não é psicólogo, mas

sabe mais de Educação do que o Sr. porque é reconhecido no país inteiro, como um dos melhores homens, no conhecimento da Educação, na reflexão e no debate da mesma ao longo de muitos anos. Eu também estudei Educação. Eu não tenho curso nenhum e, como vê, estou farto de falar de Educação e para falar nela tive que estudar. Não precisei de nenhum curso. Precisei de ir à internet, ler artigos, perguntar a quem sabe e ficar a saber alguma coisa. Um curso superior não lhe dá mais conhecimento do que aquele que eu tenho. Pode tirar 10; depende é aquilo que a gente estuda no momento. E eu, sendo o Sr. licenciado e sabendo tanto, faça-me um favor: mude a minha opinião! Já é a 3ª vez que lhe peço! Explicando-me as razões de fundo. Quais são as ações que vão ser desencadeadas dentro da escola, entre o conselho municipal, entre os agrupamentos de escolas. Como é que vai avançar se há uma escola que, por acaso, até é a que está em primeiro lugar no ranking. Não vai. O Sr. só vai avançar com três? Essa fica de fora? Essa é obrigada a entrar? Ou vamos ter um concelho a duas velocidades e um país a catorze? Sim, porque são 13 municípios de 308 que estão para assinar, mais o Ministério da Educação 14 – no caso de Águeda, se uma escola ficar de fora, 15. Eu quero é que me explique essas dúvidas todas. Eu sempre esperei que quando chegássemos a este ponto de decisão e a direita que fez aqui uma boa intervenção escrita, mas fartou-se de dizer coisas vazias, porque a maior parte das coisas que foram ditas já são feitas. A ligação entre as escolas e o mercado de trabalho?! Aproveitando aqui o aparte, a Escola Marques de Castilho, a CERCIAG e o IEFP já mandaram meninos estagiar para a junta de freguesia de Águeda. Vem noticiado nos jornais que até há notícias de que há grande ligação de empresas quer com o ensino Secundário, quer com a ESTGA. Isso é do conhecimento público. Até vem com grandes fotografias sempre: o prémio do melhor aluno atribuído pela câmara; o prémio do melhor aluno atribuído pela empresa tal. Já quase tudo o que aqui é dito, é feito. Se calhar esta história do governo vem com 20 anos de atraso. A gente adiantou-se muito, ó Sr. Presidente! Se calhar o governo é que anda desfasado, porque em Águeda graças aos senhores professores, graças aos senhores diretores e graças aos Srs. empresários aguedenses, e eu acredito mesmo nas pessoas de Águeda, não é por conveniência; eu acredito mesmo! Tanto acredito que as fazem mesmo e vem anunciado com grandes vantagens. Prove-me o contrário, Sr. Presidente! E era isso que eu queria que aqui fosse feito. ----------

------ De facto, isto é mesmo uma questão ideológica. A esquerda tem uma visão e a esquerda tem outra. Portanto, fica aqui bem vincada a posição de cada um. ----------

------ E queria que ficasse aqui clara uma coisa. Se passar hoje aqui e eu espero que não e daqui a 4 anos este projeto piloto for um sucesso, eu tenho a humildade de com o mesmo

fervor e a mesma determinação com que vim aqui hoje dizer o que disse, chegar aqui e pedir desculpa a todos os aguedenses dizer: “Meus senhores: peço desculpa, mas estou enganado!” Espero só que daqui a 4 anos, aqueles que são os fervorosos adeptos disto, tenham a coragem política de vir aqui expressar-se publicamente ou pedir desculpa aos aguedenses, pelo retrocesso que eu penso que vai acontecer na Educação. ----------

------ É com esta frontalidade e é com este sentir que eu estou na vida política e acho que é desta forma que deve ser feita a política dizendo-se o que se pensa e não um arrazoado de frases feitas. Eu gostava mesmo que me convencessem que isto é melhor porque eu tenho a capacidade de votar a favor se me levarem ao rumo certo.” ----------

------ **Carlos Alberto Ferreira da Silva** – PJ da União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga: ----------

------ “Antes de mais, quero dizer que eu estive atento às intervenções do Sr. Presidente da Câmara tanto a do início como a 2ª intervenção e ele falou nas crianças e eu. Como é óbvio, também venho falar. ----------

------ Eu exercia, hoje sou secretário e estou no lugar do Sr. Presidente da Junta e venho mandatado para isso, mas na altura em que esta câmara foi investida, eu era presidente da junta. A seguir, o Sr. Presidente da Câmara e restante executivo, entendeu chamar-nos aqui porque nós já estávamos muito ligados às escolas. E, então, quero dizer que depois daí, aumentámos a responsabilidade nas escolas. E, quando digo nas escolas, digo diretamente no 1º ciclo. Nós assumimos as AEC, CAF, transportes, cantina e já tínhamos uma psicóloga, a tempo inteiro, para o 1º ciclo, nos quadros da junta de freguesia; ----------

------ Quero também dizer aqui que hoje, temos nos quadros da junta de freguesia uma terapeuta da fala para o 1º ciclo. Quero dizer também que temos nas instalações das escolas, uma escola de música para as crianças. ----------

------ É óbvio que sem protocolos, sem o patrocínio da Câmara Municipal, nós não podíamos ter todo este serviço. ----------

------ Vejo aqui, e peço desculpa ao Sr. Presidente da Junta de Águeda e Borralha, com uma lamentação tão grande, vir uma crítica que não se fala nas crianças, mas se calhar deve andar desviado das escolas porque nós em Valongo estamos integrados nas escolas. Porque quando há lá um grito qualquer e se é da competência da junta, a junta tapa-o logo, se é da competência da câmara, a câmara faz o mesmo e depois se é de outras entidades, a câmara manda para outras entidades. ----------

------ Agora, como é óbvio, não vou entrar aqui na discussão que tem sido feita, porque a nossa é interna e é permanente. ----------

------ Quero dizer aqui que eu apoio o voto a favor. Quero agradecer a todo o executivo o

apoio que nos tem dado em todos os protocolos especialmente à Sra. Vereadora e ao Sr. Presidente da Câmara.” ----------

------ **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD**: ----------

------“Hoje, esta assembleia esta a ser um bocadinho particular e começa logo pela forma como nos estamos a caracterizar. Apercebi-me hoje que o Sr. Presidente da Câmara é de direita. A intervenção do partido socialista diz que o Sr. Presidente da Câmara é de direita, porque aqui há esquerda e direita e quem está contra o projecto é de esquerda, quem está a favor é de direita. O Sr. Presidente de Câmara é da direita. Foi a conclusão que eu retirei da intervenção do partido socialista. ----------

------ Toda a gente sabe que o PSD tem sido uma oposição construtiva em relação a este executivo. Muitas vezes estivemos contra, algumas vezes estivemos também em concordância, mas do que não somos capazes, é de mudar a nossa opinião consoante o nosso interesse. Disso, não somos capazes. Ouvir aqui dizer que o Sr. Presidente da Câmara, pode mandar um funcionário que está numa escola, para outra escola só porque não se dá com ele, quer dizer que ele já também fazia isto na câmara? Já seria pratica dele ou mudou agora? A pergunta que eu faço, se o senhor diz que o Presidente da Câmara tem o poder de mandar um funcionário, e se ele quiser manda-o para outra escola, só porque não gosta dele, quem dizer que essa é pratica do presidente da Câmara no Municipio? Esta é a minha questão. Eu não gostaria de entrar por ai, porque essa é uma discussão enviesada. ----------

------ Vou começar pela conclusão do Sr. Paulo Tomaz, em relação a isto tudo. “Este não é o governo em quem devemos depositar confiança.” Foi a intervenção de Paulo Tomaz e respeito, é aqui que está muito do cerne da posição do partido socialista, hoje, aqui. O partido socialista local segue um diretório nacional e nem sequer é capaz de conseguir discutir isto em termos locais. Mas vamos lá fazer um bocadinho de uma resenha rápida do que se passou até aqui. ----------

------ Primeiro, este processo começou mal. Primeiro por culpa do partido PSD-CDS. Andaram mal quando convocaram algumas escolas, alguns municípios, quando aceitaram também a disposição de alguns municípios, para começarem a discutir isto em absoluto secretismo. Do meu ponto de vista andaram mal, já o disse aqui ao secretário de estado no dia em que aqui estiveram. Também acho que aí o presidente da câmara também andou mal, também já lho disse a ele. Porque o presidente da câmara tem legitimidade própria e ainda que lho peçam, tem que saber fazer passar a sua mensagem. Este processo devia ter começado a ser discutido há muito mais tempo. ----------

------ O Governo PSD-CDS também andou mal no projecto inicial. Um projecto em que se

deixava a dúvida se era uma municipalização ou não. Deixaram-se muitas dúvidas para quem seria a titularidade das escolas. A quem é que os professores pertenciam, a questão pedagógica, várias situações. Felizmente e também já o ouvimos aqui que o governo foi alterando a sua posição, Em função de todo o debate que foi tendo dentro desta área, foi alterando a sua posição e foi corrigindo a sua posição. Penso que se isto tivesse acontecido mais cedo, esta discussão teria sido mais fácil. ----------

------ Também reconheço o que aqui muitos dizem, basicamente o que nos é hoje aqui apresentado, é um conjunto de boas intenções. O próprio presidente diz que, se lhe derem a aprovação vai construir a matriz de funcionamento, vai trabalhar no projeto educativo, ou no plano estratégico educativo. Que já devia estar feito e aprovado há mais tempo, todos sabemos disso. E vamos trabalhar em conjunto neste projecto. E as pessoas perguntam: se no fundo não estaremos a dar uma carta em branco ao senhor presidente? ----------

------ Tenho alguma dúvida quando o Partido Socialista não aceita pelo menos a proposta de voto de confiança que o presidente vos pede. É sinal de que alguma coisa está a mudar na relação entre o Partido Socialista e o Sr. Presidente da Câmara. Mas disto trataremos mais à frente. ----------

------ É evidente que também não gosto de ver uma matriz de competências e que agora a câmara é que vai definir a composição das turmas. Eu também não gosto de ver numa matriz de competências que agora o município é que vai definir a matrícula dos alunos. Eu também não gosto de ver isso. Também me parece que não é essa a intenção da câmara e do próprio município. ----------

------ Eu também não gosto de ver a ausência completa do que nos é apresentado aqui, sobre o papel concelho municipal de educação. Todos nós sabemos que o concelho municipal de educação tem dificuldades devido à sua dimensão, para trabalhar neste projecto. Todos sabemos disto. Eu também não gosto disso! Eu também reconheço que o que estamos aqui a discutir, é um conjunto, julgo eu de boas intenções, boas ideias, mas pouco concretizadas. ----------

------ Também não gosto que se faça politica, ou que se tire as conclusões que se têm tirado, sobre o sentido das votações dos conselhos gerais. Os concelhos gerais são representativos como nós somos representativos também. Foram eleitos da mesma maneira que nós fomos eleitos, mas também sabemos que esta discussão foi feita muito à pressa nos conselhos gerais, e eles próprios tiveram alguma dificuldade. Não falamos de franjas a favor ou franjas contra. Há alguma divisão porque há alguma falta de informação, é natural que isto aconteça. Também não gosto quando o Sr. Presidente e não só dizem que as escolas que trabalham com o município votaram favoravelmente, as que não trabalham não

votaram. Eu percebo a sua intenção Sr. Presidente, a intenção foi dizer, já nos conhecem deram-nos um voto de confiança. Até porque, um projeto deste tipo, tem que ser feito globalmente, ainda que haja um agrupamento ou uma escola que possa neste momento não querer entrar, nós temos de estar disponíveis para a qualquer momento entrar, porque isto tem de ser um projeto integrador. Temos de ter cuidado da maneira como nos expressamos. Não vou ser eu que vou dar esta nota ao presidente porque aí, ele dá-me lições sobre isto. ------ Portanto, não vou repetir argumentos favoráveis, que são excelentes, e concordamos também. Agora, chegamos a um ponto em que temos isto. Temos uma proposta que nos é apresentada pela câmara tenho ideia que o município tem feito algum bom trabalho na educação, mas também que já podia ter feito muito melhor, isso é outra discussão, sei que as pessoas elogiam muito isso, tudo bem, mas queremos continuar a trabalhar nesta área, estamos empenhados nesta área, e o governo esta a dar-nos ferramentas para melhorarmos nessa área, mas basicamente o que temos, hoje, é isto. ---------- Vinha aqui tentar clarificar esta proposta e ver se consigo ajudar, para que esta assembleia siga por um caminho mais positivo do que aquele que tem seguido. ---------- Se aprovarmos esta proposta aqui, automaticamente autorizamos o presidente da câmara, negociar com o ministério, a fazer o contrato com o ministério, do meu ponto de vista, da maneira como eu interpretei a proposta, a negociar e a contratar com o ministério esta delegação de competências. Mas nós, ao aprovarmos isto, estamos a aprovar, partindo do que o Sr. Presidente já nos disse, do que o executivo já nos disse, de um conjunto de boas intenções e não só, de boas ideias, de vontade de trabalhar, e também de alguma pratica já feita sem dúvida alguma, mas precisávamos de mais, precisávamos de conhecer o processo educativo, precisávamos de melhorar matriz de competências, eu sempre disse aqui que esta descentralização para mim faz sentido se não for para o município e for para as escolas, eu continuo a defender que esta descentralização deve ser muito mais para as escolas e não para o município. Mas esse trabalho tem que ser feito e não está a ser feito. ------ Há aqui também outra questão que não é de somenos importância. É que este projecto vai implicar uma partilha maior entre as escolas e o município, que até agora existia de uma forma informal porque havia vontade entre as partes em partilharem, a partir de agora passa quase a ser obrigatório. E poderão dizer os agrupamentos ou as escolas e bem: é uma terceira entidade; neste momento havia duas entidades, havia a escola e o ministério da educação, agora há uma 3ª entidade no meio. O presidente da câmara até disse aqui que tem competência nesta área, como disse há bocadinho, pode ter competências nesta área, mas o próximo pode não ter. E portanto eu percebo isto, também ao nível das escolas. Há uma terceira entidade metida no meio, de maneira que pode emperrar um pouco a situação.

------ Eu sei, ou pelo menos diz o Sr. Presidente, que nada disto vai acontecer quer passar as competências para as escolas, mas é isso que ainda não está. ----------
------ O que eu vinha aqui sugerir era isto: se hoje pusermos isto abaixo, acabou este projecto, mas nós temos outra possibilidade. Eu também não percebo que haja assim uma necessidade tão grande, de irmos à pressa para isto. Não teremos; também não sou fundamentalista, mas eu acho que se o presidente já nos disse que está com vontade de seguir com o projecto, de partilhar com as escolas, de chamar as escolas outra vez, aquelas que votaram a favor, aquelas que votaram contra, as partes todas envolvidas, chamamos a Universidade de Aveiro como estamos a fazer o projecto, pois muito bem, se tem essa disponibilidade, eu faço-lhe aqui um desafio, e este desafio é, para mim, importante e fundamental. Eu estou disposto a dar-lhe o meu voto favorável, com a condicionante de o senhor presidente, trazer cá esse projecto final para voltar a ser votado e aprovado nesta assembleia. Com uma condicionante, se esse projecto final for reprovado, o senhor compromete-se a por abaixo o processo. É a maneira que nós temos de todos em conjunto lutarmos por este projecto. É um desafio que eu lhe lanço, acredito na sua boa vontade, acredito que o senhor está empenhado nisso, e nos estaremos ao seu lado nisto, porque todos queremos o melhor para as nossas escolas, para o nosso município e para as nossas crianças, mas estas coisas, fazem-se de compromisso entre todas as partes, é o desafio que eu lhe lanço.” ----------
------ **Francisco Manuel Camossa Abrunhosa Simões** – CDU: ----------
------ “Gostaria de dizer que quando na intervenção inicial, disse ao Sr. Presidente da Câmara, eu perguntava-lhe o nome e me respondia a idade, significava que ele não respondia ao que eu tinha perguntado. Eu não duvido da dignidade do presidente da câmara, isto é uma discussão politica, e na política temos que ter as palavras necessárias ao momento e ao assunto que estamos a discutir. E temos que defender a nossa causa, não da forma apaixonada que Sr. Presidente defende a Educação, porque parece que se apaixonou por uma miúda quando tinha 20 anos, chamada "Educação" e perdeu a cabeça e não vê mais nada que essa namorada. Isto não é assim, esta situação é muitíssimo mais séria. Feito este pedido de desculpa, porque eu conheço o Gil Nadais há muito tempo, e não está aqui nada pessoal contra ele. São pontos de vista diferentes. E, curiosamente, já vou falar noutro aspecto. ----------
------ Gostava de dizer, que não se é comunista ou socialista, ou social-democrata, porque se está num partido, ou por se ter um carimbo nas costas, mas é pela prática politica e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda, hoje, neste processo, assumiu uma atitude de direita. Desculpe que lhe diga, de direita, isso não sou eu que o diz, é pena ser psicólogo, se

fosse sociólogo talvez entendesse melhor estas questões. Isto é muito importante que se diga, e curiosamente, acontece tudo. O Sr. Presidente da Câmara, discordou de mim, discordou de dois camaradas dele, do partido dele, não rebateu nada do que dissemos, não rebateu o que disseram os professores. E relativamente à intervenção do membro do CDS que é perfeitamente legítima e o Sr. Pedro é um autarca e entendo muito a forma e os motivos porque ele está nesta causa, mas concordou perfeitamente com a intervenção do CDS. O que é interessante. ---------- E, já agora, para não levar muito mais tempo, o Sr. Presidente da Câmara também disse aqui uma coisa que me chocou um bocado. Eu tenho a marca de comunista e não me incomoda, fui por opção e sempre fui privilegiado, um pequeno burguês, sou por convicção, mas sou uma pessoa com uma formação perfeitamente democrática. O meu avô que foi director de um jornal de Águeda, Celestino Neto, tem uma rua na terra, que era um velho democrata, um velho republicano antes do 25 de abril, morreu antes do 25 de abril, quando eu era caloiro em Coimbra como referi à bocado, e houve esta crise com o presidente da republica, o meu avô chamou-me aqui e disse-me uma coisa, "esses gajos são uns bandidos, mas vocês tenham cuidado porque a imagem do presidente da república tem de ser preservada, porque é uma imagem importante que representa o pais...", e eu sempre fui educado com essa cultura e continuo a ser, tenho as minhas convicções e as minha ideias, mas mete-me uma confusão muito grande, porque eu sou de um partido, porque tomei partido por uma causa, o Sr. Presidente da Câmara, não! Disse-o aqui! ---------- Claro que nós vivemos numa sociedade democrática, e temos de criar consensos e temos que entender, que as outras pessoas tem direito a ter as suas convicções, mas atenção há princípios básicos de que não abdicamos. O senhor presidente não, convive amenamente, com governos de direita, com governos do partido dele, é quase igual, se calhar até pode acontecer, mas politicamente não se pode dizer. Se é de um partido, é tomar partido por uma causa, e ser coerente com a defesa dessa causa. Claro que ai é estigma que eu tenho, desde pequenino, mas é assim que me sinto bem. ---------- Finalmente, a proposta do engenheiro Hilário Santos, é um bocado...enfim! Eu tive oportunidade de dizer na comissão de que faço parte, que esta questão para mim era para eliminar, eu sou um bocado contra a pena de morte e não a discuto, isto para mim não tem discussão, isto é para acabar aqui e hoje, ou para aprovar-se, obviamente sou um democrata, mas não vamos estar aqui com paliativos, porque a questão que se põe é fundamentalmente. A minha intervenção dividiu-se em duas partes, uma primeira que tem a ver com Águeda, com isto, com os disparates, com os erros do processo, e uma outra mais politica, é que isto para mim, tem segundas intenções, e eu disse-as claramente. Portanto

não acho que isto deva passar daqui.” ----------
------ **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara** – PJ da União das Freguesias de Águeda e Borralha; ----------
------ “Não sei se reparou Sr. Presidente, o meu colega, Sr. Secretário da Junta de Valongo, falou no meu nome, o deputado Hilário também. Porque aquilo que tu fizeste aqui é um exercício político fantástico, porque és bom nisto. Eu reconheço-te, és bom. ----------
----- Chegaste aqui e disseste: - "bom, há aqui problemas entre o presidente da câmara e o PS. Cuidado, atenção, eu estou a ver que estão ali chateados uns com os outros e tal. Estão a ver?", mas com muito carinho a falar com o Sr. Presidente, se calhar a lembrar-se dos velhos, não sei. Tentando empurrar a guerra para o outro lado e depois com jeitinho, começou a dizer "eu também não concordo muito com as 14, 15 ou 16 questões que no dia 12 de dezembro vieste levantar" questões essas, que foram envoltas por mais outras tantas pelo meio. ----------
------ Pensava que vinhas aqui dizer que eras contra, ou para explicares aqui em frente a toda a gente, que estás esclarecido naquelas questões todas que levantaste. E em política, ninguém ensina nada a ninguém, sabes que eu também ando aqui há muitos anos como tu. Diz aqui a toda a gente, quem é que te esclareceu, as 16 perguntas que tu fizeste no dia 12 de dezembro aqui e o que te levou a votar a favor. Ou será que tu, sim, estás a seguir a orientação político-partidária do teu partido. E dizendo que não, que não, que não, aquela música "chega, chega a minha agulha, afasta, afasta o teu dedal" e levas o voto para onde tu queres, tentando influenciar as pessoas do teu partido, chama-se política, que tu jogas bem, agora tens adversários à altura, e eu vim cá desmontar o teu número. E eu peço-te a ti, que venhas cá explicar, quem é que te esclareceu as 16 questões e todas aquelas que não gostaste aqui, porque tu, esqueceste uma entidade, não são três entidades são quatro, a quarta é a Divina Trindade, é o Espírito Santo, que é a profissão de fé que tu metes, que a gente acredita em todos e nisto. ----------
------ Eu queria é que tu viesses aqui fazer uma intervenção, séria, conforme foi, mas séria no sentido de vir aqui dizer assim: "as questões todas que eu levantei, estão esclarecidas, portanto quero que toda a gente vote a favor". Agora, alguém que tem tantas dúvidas, alguém que levanta aqui tantos problemas, alguém que desconfia de praticamente tudo, porque foi o tu disseste e depois no fim "vá lá, mas eu voto a favor", chama-se política. Porque isto aqui, ao abrigo da lei nº 75, uma delegação de competências, tem que vir à Assembleia, para ser votada, não é para dar uma carta branca ao presidente, porque os documentos que tu recebeste, estão lá emanados todos os artigos, a única coisa que se pode mexer, só mesmo a matriz de competências, que é como quando com a junta, o

presidente faz isto com a junta, ele há bocado estava era a confundir limpeza de valetas com Educação, mas pronto, cada um compara o que quer. Que é o que ele negoceia comigo, limpeza de valetas e coisa do género, comparar com Educação, não é bem. E não só e mais coisas. ----------

------ Mas, uma delegação de competências, vem à Assembleia, porque vai ter percussões no Plano do Orçamento e já tem que vir balizado. Todo o articulado, penso eu, está todo balizado. Ai não leste o articulado? Dá-me ideia que está tudo lá balizado. É por X tempo, é por X dinheiro, o dinheiro que cada escola gasta, não há mais dinheiro que aquele, já lá está balizado. Se é para passar um cheque em branco então pior. ----------

------ Eu não me acredito que seja e já há um pré acordo entre a câmara e o ministério, que é isso que vem aqui ser discutido e assinado. Que é a mesma coisa quando nós discutimos aqui a delegação de competências para a junta, é aprovado em executivo, vem à Assembleia, a Assembleia Municipal aprova, e a Assembleia de Freguesia aprova e assina-se no fim. Portanto é aprovado aqui, é a ideia que eu tenho, pode até não ser. Agora eu queria era que viesses aqui explicar às pessoas, clarinho, quem te explicou tudo, direitinho, e porque é que tu vais mesmo a favor. Porque isto é um assunto sério de mais como tu disseste, para deixar andar e depois cá voltar.” ----------

------ **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS: ----------

------ “É com enorme satisfação que eu concordo inteiramente com o engenheiro Hilário. É raro, mas não é assim tão raro, porque sempre que venho cá, digo isto, para depois falar mal dele. É a mesma teoria! Dizer mal de tudo no governo para depois votar a favor, é difícil mas é possível. O Sr. deputado Pedro Vidal, elencou aqui uma quantidade de vantagens, de acreditar na eficácia, acreditar nisto, acreditar em tudo; tudo no ar do acreditar. E fez aqui uma questão, e eu vou responder à questão, a única questão que ele fez, o resto é acreditar, e a questão que ele pôs é onde está a questão da privatização da educação. Se bem se lembram, está aqui muita gente assistir foi uma questão que ele pôs e repetiu. Só por isso é que eu cá venho, porque ele repetiu e eu ouço mal e na repetição ouvi. ----------

------ Está na alteração legislativa, que este governo fez, e teve o cuidado logo de fazer em 2011 e princípio de 2012, em que acabou com a norma da lei, que proibia a abertura de instituições privadas, onde houvesse oferta pública. É a vergonha deste governo. É a defesa da escola pública. É daí que há 7 ou 10 colégios em Coimbra, e ainda abrem mais, e as escolas públicas, e até com boas condições, e muitas até, com menos ou mais alunos. Está nessa proposta. Um governo que avança, e quebra uma norma que existia, deste género, está a privatização. Está quando o governo anda a tentar convencer as pessoas, do cheque "ensino". Um colégio custa 800€, se eu dou 200€ para um cheque "ensino" por filho está lá

no colégio, poupa 200€, e fica a pagar 600€. A pessoa que recebe, os 200€ não consegue inscrever o filho, porque ainda lhe falta os outros 600€. É a mesma política que a privatização, favorecer os mais ricos, favorecer os mais fortes, favorecer aqueles que já lá estão. A mesma política, está na questão de tentar convencer os pais que eles escolhem a escola dos alunos. Mentira! Vocês são uma cambada de mentirosos e falaciosos porque estão a tentar convencer os pais e as pessoas que não estão por dentro disto. Se há, na Escola Adolfo Portela, sete turmas do 7º ano, eu não posso inscrever lá alunos de 40 turmas no 7º ano. Então o pai não escolhe, tem que haver critérios internos da escola, de proximidade, etc. É uma mentira repetida muitas vezes, que um pai pode vir com esta liberdade de escolha, com o cheque ensino, e com tudo para escolher a educação do seu filho, não pode. Portanto, em relação à privatização, estamos vistos. ----------

Em relação ao Sr. deputado Hilário Santos, fez uma boa intervenção. No pressuposto, conseguiu dizer que era um governo sem confiança, é verdade, também concordo. Começou mal e muito mal, também concordo. O Sr. Presidente da Câmara deu cobertura a essa mal e muito mal, também concordo. O projecto inicial era mau, também concordo. Que isto é tudo do Sr. Presidente da Câmara um conjunto de boas intenções, também concordo. É uma pessoa bem intencionada. E que até há aqui problemas, quando não se sabe qual é o papel do concelho municipal de educação, se vai retirar autonomia às escolas ou não, também concordo. E até concordo mais, que o projeto inicial foi alterado para melhor, eventualmente. Agora vamos ver se chega. ----------

Primeira coisa, um governo que não é de confiança, um governo que provocou uma redução global de investimento nas escolas públicas, aumento de alunos por turma. Alterações curriculares, acabando com disciplinas de carácter transversal, como a área projecto, formação cívica, já se discutiam as questões locais, Sr. Deputado Pedro Vidal, essas disciplinas já existiam. Fazíamos projectos locais, da Pateira ao Caramulo, conhecíamos isso tudo, e o governo acabou com elas, para dar 25% porquê? Para arranjar outra vez as mesmas horas que o governo acabou? Mas é fácil, essa do 25%, e lá está, manteve-se essa do 25%, vamos tirar uma hora às ciências, outra ao inglês, português e matemática não pode ser, tiramos à história. O programa fica o mesmo tem é que dar com menos uma hora. E vamos tratar da Pateira, do Caramulo etc. Isto é brincar ao ensino! Isto é só para dizer que dão autonomia, mas não há autonomia nenhuma. Seja diretor de turma ou de escola, não há ninguém aqui, que consiga criar as condições que existiam, que eram 3 horas que já existiam antes, e que este governo acabou com elas. Portanto, não tem confiança e vem prometer uma coisa que é impossível fazer? Vamos continuar com a confiança, desvalorização de disciplinas, redução do número de professores, desvalorização

das áreas de expressão como aqui já foi feito. Porque a pessoas pode-se arrastar, pode ter problemas musculares, pode ter problemas de saúde, pode não saber pegar num pincel ou numa caneta, pode não saber apreciar nada, mas se ele chegar lá de rastos e fizer português e matemática, o contrato é cumprido. O Sr. Presidente da Câmara se quiser cumprir este contrato, treina alunos, que é o que se está a fazer nas escolas, os vossos filhos estão a ser treinados, não estão a ser ensinados, porque eu não sou como o Sr. Presidente da Câmara que tem a psicologia da educação, eu sou professor com competências, de vários projectos, até na elaboração de programas nacionais. ---------- E muitas aulas, e já que uma pessoa tem que vir para com os currículos, tenho 32 anos disto. E o que estão a fazer é a treinar alunos. É triste porque não há alunos neste momento a pensar. Hoje estive com alunos do primeiro ciclo, estava um triângulo, e eu dizia propositadamente "é um quadrado" e eles "sim". Porque o professor treina-os para dizer só sim. Porque o professor vai ter no próximo dia 20, os famosos exames do dia 20, de português e matemática, que avaliam enormemente. ---------- O Sr. Presidente da Câmara tem competências na área da educação todas, do 1º ciclo, de apoios e melhorou, transportes e melhorou, tudo que se melhorou no 1ªciclo, o Sr. Presidente da Câmara, sabe que nos últimos 3 anos pioraram os resultados do 1º ciclo do concelho? Portanto não é por aí, não é se calhar, não é por aí. Quem sabe de edução sabe que não é por aí, quem sabe de educação não faz ranking, quem sabe de educação, dá aulas, faz projectos para as pessoas, projectos de desenvolvimento, não luta em ranking, porque o ranking da Marques de Castilho, há uns anos, há uns 5 anos chegaram a estar nos 180 e tal, e no ano seguinte com mais experiência e os mesmo projetos, baixaram para o 343, 200 lugares abaixo. Os alunos bons foram-se embora que chatice! É que a educação não é assim, a educação não se mede em tijolos. Os filhos destes senhores não são tijolos nenhuns. Vocês tratam-nos como tijolos, mas não são. Tratam-nos como peças que se fazem todos os dias, mas eles não são. São pessoas, tem direito a um exercício próprio. Não têm direito a um apoio próprio porque este governo retirou os psicólogos das escolas, este governo retirou os terapeutas, este governo teve a vergonha de tirar os apoios às pessoas com deficiência. Retrocessos de anos de trabalho que estava a ser desenvolvido. Vem defender o quê? Levou a educação ao fundo, está no mínimo, e agora passa para a câmara a responsabilidade. E tem o descaramento, na sua visão do governo de educação é tal, que mete logo no primeiro ponto: “meus senhores durante os próximos 4 anos não há aumento da despesa; não há mais dinheiro transferido”, aconteça o que acontecer, nem que vocês tenham muitos problemas e os miúdos não aprendam; não há mais dinheiro para a Câmara de Águeda. ----------

------- É logo uma visão de apoiar a educação. Uma visão de apoiar o projecto específico de Águeda. Disseram logo que não há mais transferência de dinheiro. É a visão deles. ----------
------ Em relação aos professores, a visão deles, antes era 12.500€ de poupança professores, não, a visão vai muito mais longe, a poupança professores passou a ser a poupança de 50% de tudo que eles poupem, recursos todos, 50%! Então estiveram ali quietinhos, não fizeram nada e ganham 50%? Chama-se a isto usura. Parecem aqueles gajos que emprestam dinheiro a juros altíssimos fora dos sistemas bancários. Não fez nada e vai ganhar dinheiro com a educação? O Sr. Presidente da Câmara respondeu e muito bem, este projeto hoje, só está aqui, e foi discutido em alguns agrupamentos e foi aprovado nos concelhos gerais de agrupamentos, à conta da credibilidade do Sr. Presidente da Câmara e do executivo. Mas um projecto desta dimensão não pode ser aprovado, à conta da credibilidade de quem lá está no momento. Porque este projecto até vai acabar porque vai haver um novo governo, até a esse limite chegamos. Até há o descaramento de apresenta-lo agora a 6 meses. Agora, um governo legítimo como este, também tem legitimidade até ao último dia para estar a governar. ----------
------ Deviam ter vergonha, ética e princípios para não apresentar isto, mas têm, possibilidade e legitimidade para o fazer. Portanto, em relações às condições estamos vistos. ----------
------ Mas se estudássemos e eu sei que o senhor Engenheiro Hilário estudou, leu atentamente, mas esqueceu-se disto, esqueceu-se o Engenheiro Hilário e segundo aquilo que eu sei, algumas coisas, não posso garantir, esqueceram-se dos concelhos gerais das escolas, não sei se houve a discussão, não sei se houve reuniões com professores para legitimar numa decisão destas, os seus representantes no concelho, para isso. Não sei se houve reuniões dos pais para legitimar um representante. Não sei se houve legitimação dos funcionários. Não sei se houve, mas sei que em algumas não houve. Portanto, o legítimo nasceu à 2 ou 3 anos e representa, para todos os efeitos, a posição dos professores. E num caso destes é importante. ----------
------ Clausula 6, fala nos tais 25% do currículo nacional, o senhor continua acreditar nisso? Está aqui um director de escola que se quiser criar alguma coisa, não conseguir criar nem uma disciplina, sem alterar currículos, então qual é legitimidade de um agrupamento ou do senhor presidente da câmara para alterar currículo de alunos? Como é que o Sr. Presidente da Câmara e o director do agrupamento, vão justificar aos pais, que eles não aprenderam metade do programa de inglês porque retiraram 2 horas para fazer outra disciplina? Como é que vão explicar aos pais que retiraram 3 horas de educação física porque criaram outra disciplina? Não pode ficar ao critério de cada um, a educação é estudada, cientificada, as

reformas são programadas, porque aquilo que eu fizer hoje os efeitos são daqui a 7 ou 8 anos, nas competências que eles vão adquirir. A reforma não é para amanha, nem para um ano nem para dois. ----------

------ Clausula 19, pessoal não docente. Aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse é que quem gere o pessoal não docente serão sempre os agrupamentos. Acredito que não vai haver problemas com eles, acredito! Não podemos é fazer isto do Sr. Presidente da Câmara, é que eles são empregados camarários. Se eu for para lá, posso decidir e bem, no âmbito da gestão e eficácia tão defendida pelo PSD e CDS, que só falam em gestão eficácia e custos, desde que os custos não sejam para o capital, poderia ser do género, fazes das 4 às 6 horas ali e depois vais para a piscina. É empregado camarário como outro qualquer. Isto é eficácia, se ele não é preciso na escola, que é que ele está lá fazer? Os senhores defendem isso, o funcionário da câmara faz tudo o que é necessário. Não podem defender dois sistemas na câmara; um que é funcionário da autarquia, outro que é funcionário da escola. O da escola tem tarefas de uma maneira, e o da autarquia tem de outra. Não! Quando fazemos isto, integramos os funcionários. Claro que depende do Sr. Presidente da Câmara, e eu acredito nele, e nos restantes directores, que não irão tentar prejudicar, mas em termos de gestão, vocês que tanto falam na gestão empresarial, os funcionários são tão iguais e tem quer rentabilizados. Ou então é ao contrário, os funcionários são diferentes, os sucessos são diferentes, está bem, eu estou a ver isso de forma empresarial. ----------

------ Clausula 20. Contratação de professores. Então, contratação de professores não há? Quem contrata os professores das AEC's. Ai não são professores?! Pois não! Porque realmente, por aquilo que lhes pagam não são professores. Aliás, agora até há empregos em empresas apoiadas pelo estado a 505€, para professores, engenheiros, para tudo! Aqui até é mais barato! Quem contrata os professores? Sou eu? Não! É a autarquia que contrata professores para as AEC's. Quando se esgotar o sistema, há o sistema de agrupamentos e as AEC's a decidir isso, há contratação de professores. Infelizmente como o Sr. Presidente da Câmara disse, há uma razão, porque vai haver uma diminuição de professores, quebras de natalidade e outras situações. Mas isto existe! ----------

------ É que há aqui um problema naquele documento que o Pedro Vidal pôs aqui: é que ele de Educação nada sabe e portanto não podia afirmar nada daquilo que não sabe. Mas tem intenção e bem, como o Sr. Presidente da Câmara tem intenção que corra bem. ----------

------ Clausula 25, aquela situação estática do investimento. Nem mais um tostão nos próximos 4 anos para Águeda. Pode ir para Anadia, até pode haver uma revolução, mas para Águeda, não. Assinou, não há mais transferência de capital para Águeda. Acabou! É

uma boa visão de alguém que quer melhorar a educação, e o governo quer melhorar a educação. ----------

------ Clausula 39. Esta aqui, para mim, é realmente a mais preocupante. É que eu acredito no Presidente da Câmara, e neste executivo que eu apoio. Acredito neles e acredito que eles vão investir, que têm boa vontade e que se vão rodear de algum conhecimento para seja estruturado, mas depois depara-se com a cláusula 39. É que eles não mandam nada! Esta transferência de competências, é falaciosa, não serve para nada. A maior parte das competência, têm-nas os agrupamentos, as escolas de autonomia, tem autonomia. O Sr. Presidente da Câmara já colabora com elas no âmbito da autonomia, a maior parte destas coisas eles podem fazê-las, independentemente de assinar ou não. Agora o que não podem fazer é alterar o sistema. E o sistema diz assim: "O seu filho que anda no 4 ano de escolaridade, não precisa de psicólogo, não precisa de correr, saltar, mexer ou rebolar, tem que ter nota a português a matemática." E o Sr. Presidente da Câmara pode fazer o que quiser mas tem que lá ir, ao português e à matemática; ----------

------ Depois diz no 6º ano: "O seu filho, ciências e essas coisas transversais, criam indisciplinas e vão estudar a serra, e o clima em Águeda, e isso tudo, português e matemática." Metas. ----------

----- Portanto, o Sr. Presidente da Câmara aqui não pode intervir. E se ele quiser, e eu acredito que ele queira, que o miúdo tenha apoios psicológicos, tenha os apoios necessários, que os processos pedagógicos que desenvolvem, todas essas festas ou não festas, esses processos e alunos que desenvolvem nas escolas e que os pais até gostam, que os pais percebem, não contam nada para este governo. Só conta a avaliação a português e a matemática, eu sei do que estou a falar, sou professor, estive lá, participei nas avaliações das escolas, as famosas avaliações externas, só perguntam pelo português e matemática, o resto não conta para nada. ----------

------ Como é que o senhor presidente vai alterar isso? Vamos ver isso. ----------

------ Para acabar, um esclarecimento político: isto aqui não é a posição do partido socialista! No partido socialista foi definido que cada um vota de acordo com as suas considerações, portanto não há posição do partido socialista, e ponto dois, não há pessoas de direita, não há pessoas de esquerda; há políticas de direita e de esquerda, e isto representa uma politica de direita." ----------

------ O **Sr. Presidente da Câmara** usa da palavra para prestar alguns esclarecimentos: -----

------ "Há algumas coisas de que estou efectivamente cansado: dos truques. Eu não estou nisto por truques; eu estou nisto porque quero fazer e a equipa que está comigo quer fazer aquilo que entende que é o melhor para o concelho. Independentemente se o governo é de

esquerda ou de direita, ou se tomam posições diferentes conforme estão no poder ou na oposição. Eu não entro nesses jogos! O concelho está acima disto. ----------
------ Quem começou com a descentralização foi um governo do PS e não foi mais longe porque não teve apoios. Sei bem do que falo. ----------
------ Agora, aquilo que eu quero do governo, deste ou de outro qualquer é que me dê as competências, para que possa fazer o melhor que podemos com isso. Eu não confio em nenhum deles! Já tive várias experiências. Porque uma coisa é estarem na oposição e depois, quando chegam ao poder, as coisas mudam. E se mudam! Serve para o PSD, para o CDS e serve para o PS. Serve para todos. Infelizmente tem sido assim. ----------
------ E depois o arrazoado que eu ouvi aqui, vão-me desculpar, é que o Ministério da Educação afinal funciona muito bem. Eles só querem que haja português, que só haja matemática, mas vamos deixar ficar tudo lá porque assim é que está bem. Quando nós nos propomos fazer aquilo que eles querem, mas termos liberdade para podermos fazer outras coisas, para poder alterar, não! Deixemo-nos estar porque assim podemos atirar pedras lá para Lisboa e ficamos contentes e satisfeitos. Na realidade é isso que eu devia estar a fazer. É o meu último mandato. Era tão mais fácil dizer: "Estão aqueles gajos lá baixo em Lisboa que são uns incompetentes. Competências na educação?! Trabalho para a câmara?! Para quê? Não!" ----------
------- Mas o que está em causa, independentemente das ideologias, é o futuro das crianças e jovens desta terra. E por isso eu luto. Ponto. ----------
------ Sou de esquerda ou se sou de direita? Desculpem-me a expressão: estou-me borrifando! Tenho convicções daquilo que deve ser feito por Águeda. Conforme a aragem, é de esquerda ou de direita, paciência. Já não dou para esses peditórios. ----------
------ Há uma coisa que não foi referida. Se por acaso, o ministério, e esperemos que sim, que venham outros governos e que tragam mais dinheiro para as escolas e para os agrupamentos e não nos der o que temos este contrato, é muito fácil: a câmara denuncia o contrato. A qualquer momento podemos denunciar o contrato e está resolvida a situação. ---
------ Se alguma vez puserem em causa, ou beliscarem minimamente, ou nos menorizarem por termos tomado esta medida, meus senhores para mim é claro: tem as competências todas, assumam-nas e façam-nas! Executem! Para mim não há problemas nenhuns. Podem estar certos! Seja de que cor for o governo. Eu estou a defender o Concelho de Águeda! Estou a defender a nossa terra. ----------
------ Esta coisa dos 25% que o ministério definiu de currículo local, até 25% acho que é, na minha prespetiva, uma coisa que dificilmente se vai utilizar uma cota mínima disto. Eu pessoalmente, penso que em Águeda neste momento, não há condições, não há nada

preparado, não há necessidade para isso. Mas, se estivesse em Mirandela, era capaz de pensar de forma diferente, porque eles têm lá o mirandês que precisam de preservar. E era capaz de meter isso lá no currículo. Se não estivesse a ser dado, era capaz de o meter. Se tivesse a liberdade podia utilizar isso, estou a dar um exemplo. Podia ter, pode surgir, da vontade das escolas, da câmara municipal e da comunidade educativa, que a escola entre em algumas áreas, que tenhas outras competências, outras disciplinas. Calma! Ninguém vai mudar isto do dia para a noite. As pessoas não estão aqui para fazer uma revolução, estão aqui para melhorar continuamente. ----------

------ Sobre a contratação de professores, foi aqui brandida também como alguma coisa meia obscura, mas já há quantos anos é que fazemos isso? Há quantos anos é que temos as AEC's, que trabalhamos com a comunidade educativa? Correu mal? ----------

------ Então e nós?! Contratamos professores! Qual é o fantasma que estamos aqui assim a levantar? Sinceramente não vejo nenhum fantasma nesta questão. Quanto à afirmação que os alunos estão a ser treinados, não há alunos a pensar. Então, nós não temos a possibilidade de alterar isto. Não temos? Não há forma de atuar e fazer as coisas diferentes? Eu peço desculpa, mas o ensino, está a mudar. Não temos de ver as coisas sempre da mesma forma. Nós podemos estar a ensinar português e matemática juntos, ou não podemos? Pelo menos no ensino básico. Há muitas experiencias já de outros países, até já com alguns anos, que já podem servir para indicar algum caminho, do que nós poderemos fazer. ----------

------ Quanto ao Conselho Municipal de Educação nós ainda não sabemos qual vai ser a sua composição. Sabemos que os seus directores terão acento nesse conselho, a nossa perspetiva é que tenha uma intervenção mais ativa nas políticas educativas. ----------

----- O Sr. Eng.º Francisco Simões diz que eu não rebati os professores, mas eu não tenho que rebater os professores. Os professores aqui, não estão em causa. Vamos lá ver uma coisa, os professores vão continuar a dar as suas aulas, como tem dado até aqui. Serão professores do Ministério de Educação como até aqui. ----------

------ E expliquem-me uma coisa: quando um aluno vai para o estrangeiro, não há equivalências? O aluno que fez a escolaridade obrigatória, que fez o 4º ano, vai para o 1º ano da outra escola no estrangeiro? Não há equivalências? O sistema não está pensado? Caiu tudo agora de repente? ----------

------ E nós estamos a falar de 25% de quem o for utilizar, se o for utilizar. ----------

------ Quanto ao Eng. Hilário Santos, falou aqui sobre algumas questões, como o Sr. Paulo Seara, que eu só vou avançar com 3 escolas. Posso vos dizer que dependendo do resultado de hoje, se o resultado for favorável, à transparência de competências, como eu espero. Já

falei ao professor Henrique Coelho, a dizer que se fosse esse o desfecho aqui, que o iria chamar para participar no processo. Porque eu não quero deixar ninguém para trás. Acho que as pessoas tomaram uma determinada posição, mas vamos partir pedra e analisar aquilo que depois está verdadeiramente está aqui em causa. As matrizes de competências, que nós não apresentamos nenhuma contra proposta nem analisámos para evitar aquilo que o Eng. Hilário disse que era mandar para os agrupamentos aquilo que nós não queríamos. Nós não queremos essa posição. Queremos que haja um trabalho dos agrupamentos no sentido de saber quais são as competências em que se sintam à-vontade para gerir. Aquilo que nós queremos é que todos os agrupamentos tenham as mesmas competências. Todos ao mesmo nível. ----------

------ Imaginemos o exemplo: a responsabilidade pelas turmas, uns têm outros não tem. Não queremos! Ou todos têm, ou não têm. Porque nós não podemos gerir umas competências com uns e outras com outros. É isto que está em causa. ----------

------ Há coisas que também não gostamos, por exemplo: e vamos falar isso com os agrupamentos, a ação social escolar até ao quarto está connosco, o resto está com os agrupamentos. Aquilo que nós gostaríamos e aquilo que vamos por em cima da mesa é que, ou gerem todas, ou são todas da câmara. Entendemos que não faz sentido, uns terem até determinado nível, e outros até outro. Pensar estas situações. As coisas mais claras. Estamos perfeitamente à vontade para negociar estas coisas. Nos queremos é que o sistema funcione melhor. É por isso que estamos aqui. É isso que nos leva a ter todo este debate e luta, se assim se pode dizer. ----------

------ Eu não tenho problemas nenhuns em admitir que acho que isto deve ser votado hoje, porque eu não vou negociar com ninguém na posição básica, de delegar ou não competências. Esta proposta deve ser votada, e depois não tenho problemas nenhuns em vir aqui, porque estou à vontade para tirar dos agrupamentos, também vamos ouvir as Associações de Pais, e ver as competências que depois ficam nas escolas, nas câmaras e ficam no ministério. Não tenho problemas nenhuns de trazer isso aqui! Nenhum! Absolutamente nada. Acho que devíamos tirar, nestes assuntos, as considerações de ordem ideológica. Porque quando a ideologia nos puxa para baixo e quando é uma uniformização pelo nível mais baixo, eu recuso-me. E aquilo que nós temos aqui é uma janela de oportunidade para fazermos melhor. ----------

------ Relativamente à intervenção do Paulo Seara, sobre a Câmara de Lisboa e os contratos que fez, daqui a dois anos ou um ano e pico, falamos disso. Quando a gente chegar a esmiuçar os números, a gente fala sobre isso. Neste momento não. É cedo. Vamos deixar dar tempo para isso. Mas na realidade, ao longo destes anos todos eu dei provas que sou

um incompetente, a gerir estas coisas. É uma incompetência brutal? Não temos capacidade para fazer nada, nem eu nem a equipa, não temos capacidade para fazer nada, estamos aqui e não sabemos tomar decisões. Temos dado mostras que não conseguimos perceber as situações. Não quero mudar a opinião de quem não quer mudar a opinião. Não quero! Porque eu quero que os assuntos sejam estudados, que sejam analisados, que cada um assuma a sua opinião. Mas eu para mim tenho que independentemente das orientações venham de onde vierem, em primeiro lugar está o meu concelho. E aquilo que eu penso que é melhor para o assunto em causa. Neste assunto aqui e assim, é a educação. E entendo que a transferência de competências na área da educação, é benéfico para o concelho, quando eu digo isto é benéfico para as crianças e jovens que estão no sistema. É isto que eu entendo. E digo mais uma vez que isto é arranjar trabalho para mim e para minha equipa. E muito trabalho porque desculpem lá a expressão: estamos a pôr o pescoço no cepo! É uma aposta, mas é uma aposta para o futuro deste concelho.” ----------

------ **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: ----------

------ “Sendo rápido, eu não mudei a minha opinião e há muitas respostas que ainda continuo à espera de as ter. E por isso a minha proposta. Mas tive algumas respostas, tive resposta sobre a componente curricular. Foi-nos dito que se as escolas quiserem, podem rejeitar a proposta da componente curricular, através dos seus conselhos pedagógicos, através dos próprios conselhos gerais. Foi-nos dito também, a questão dos professores e a quem pertenciam, se continuavam do Ministério da Educação ou se passavam para os municípios. Foi-nos dito também, que a contratação dos professores sempre que houvesse pessoas disponíveis, para as AEC’s seria feito sempre na via do Ministério da Educação, fora algumas áreas técnicas. Mas eu posso dizer aqui uma coisa, para mim, quer hoje quer no futuro, a contratação dos professores estaria sempre com as escolas. Mas isto digo eu, é a minha maneira de pensar, não tem que ser assim. ----------

------ A questão dos 25% foi esclarecida até pelo próprio secretário de estado que esse valor é um valor utópico, que pensa ele, que muito dificilmente haverá no país esse tipo de posição. É um valor que até, depende do projeto educativo e das escolas, isso tudo foi esclarecido. No entanto todos chegamos e dizemos "este governo tirou-nos dinheiro", temos enumeras situações, cascamos no governo de alto a baixo. A minha pergunta é: se se mantiverem as coisas no governo, elas melhoram? ----------

------ É que eu não digo que o ministério da educação, faz tudo bem ou tudo mal, eu também acho que o ministério da educação tem que melhorar muito. Mas isso tem a ver com um conjunto que existe no ministério da educação, muito complicado, de forma extraordinária. Mas a questão é esta, eu também acho que o projecto que estamos aqui a discutir, é uma

coisinha que está a começar agora, a discussão está a começar agora. Nos devíamos começar a discussão, falar sobre o projeto educativo, o senhor presidente fala, ainda não sei como é que isto vai ser pois, ninguém sabe. Eu não quero que ele traga cá só a matriz. Eu quero que ele traga cá o projecto educativo. Eu quero que ele traga cá o conselho municipal de educação. Como é que isso vai ser organizado? Ninguém sabe. E quero que ele se comprometa com outra coisa, que foi isto que eu lhe pedi, se nós dissermos aqui que não, se ele volta para trás. Foi esta a coisa que eu pedi aqui publicamente. Porque meus senhores, nós não estamos aqui a discutir o que é melhor, o que estamos a dizer é que eventualmente, o que o Ministério da Educação e a câmara nos propõe, pior não ficará, é o que nós dizemos. Mas não sabemos se melhorará alguma coisa, mas não dizemos que com o ministério da educação, ficarão melhores. É isto que nós pensamos para os nossos alunos? Dizendo, então por um lado dizemos, não sou eu que digo, são vocês, o Ministério da Educação, só faz asneiras, mas a vossa alternativa é, mas continuem lá, a fazer as mesmas asneiras. Se estamos aqui a dizer, meus senhores, e isto não tem a ver com esquerda ou direita, com PSD CDS ou PS ou quem quer que seja, isto tem a ver com centralismo, e sempre que, sendo na educação, sendo nas estradas, sendo na saúde, sendo no quer seja, sempre que falamos em centralismo, somos prejudicados, temos isso como noção, temos guerras enormes, sendo à esquerda sendo à direita. Sendo agora ou sendo antes. Eu também não quero dar nenhuma carta em branco e por isso peço isso ao presidente. Porque nós temos o direito de discutir isto, eu também não concordo nada que as reuniões dos conselhos gerais tenham sido decisivas. Eu não concordo nada, quando me dizem que há 3 concelhos gerais, 3 agrupamentos, que votaram a favor, e por tanto 85% dos pais, estão a favor disto e das escolas, eu não concordo com nada disto, também sou pai na Adolfo Portela, a minha filha estuda lá e ninguém me perguntou coisa nenhuma. ---------- Meus senhores, eu não vou por aí, mas também não sou hipócrita ao recusar tudo isto. ------ O que eu digo é, temos aqui uma hipótese, vamos trabalhar nela, se o presidente assumir este compromisso, vamos trabalhar nela, vamos conseguir atingir os nossos objectivos. Eu não mudei nem uma vírgula, eu não quero mudar de opinião. Eu quero que esclareçam a minha opinião, foi o que eu pedi ao Sr. Presidente e que ele trabalhe com os agrupamentos. Mesmo que eles hoje digam que não, que não os exclua no futuro. Nós não podemos e já o critiquei sobre isso. Então vocês acham que está tudo bem? Então continuem assim, não, quem lidera um processo, lidera até ao fim contra tudo e contra todos . Guerreia até ao final, se acredita naquilo. É isso que deve ser a sua competência.” ---------- **António Manuel Fernandes Martins** – CDS: ----------

------ “Queria fazer inicialmente um intróito para dizer o seguinte, em sede de comissão de educação, passaram-se coisas que eu acho inadmissíveis, e que não posso deixar de criticar nesta Assembleia. Em primeiro lugar eu devo dizer que a comissão de educação está ao serviço da Assembleia para prestar serviço à Assembleia, para trabalhar para a Assembleia, e prestar informação aos membros da Assembleia. A comissão de educação não serve para fazer trabalho político, o trabalho político, faz-se aqui. E na Assembleia, desonestamente em termos políticos, o Sr. Eng. Francisco Simões, eximiu-se de trabalhar a favor desta Assembleia, na sequência do mandato que lhe está dado para trabalhar. O que o senhor fez foi uma declaração política que não tem que fazer, porque ela deve ser feita fora da Assembleia. Tenho o direito de fazer todas as considerações que eu entender nesta Assembleia e o senhor se não estiver de acordo tem o direito de as contrariar. ----------
------ Mais, o Sr. Eng. francisco Simões, deu-se ao luxo em sede de Assembleia, de vir para a comunicação social de vir fazer uma declaração politica, de pressão sobre o trabalho da Assembleia. E nesta matéria devo referir que não foi só o Sr. Eng. Francisco Simões que veio à comunicação social passar a informação, o que eu acho que é absolutamente inadmissível. As comissões servem única e exclusivamente para emitir pontos de vista, a favor ou contra da forma que os membros o entenderem, para dar aos membros da assembleia capacidade de análise se a tiverem, para discutir e para votar nesta Assembleia.
------ E portanto Sr. Presidente, agradecia-lhe que no futuro, se entender que eu tenho razão naquilo que digo, recomendasse às comissões que elas estão ao serviço da Assembleia, e não ao seu próprio serviço político, no exterior desta Assembleia Municipal. ----------
------ Devo dizer que das análises que aqui ouvi, há questões que cada um analisa como quer. Há leituras que se fazem como queremos, e conclusões que se tiramos conforme bem entendemos. Falou-se aqui muito do PISA. Ouvi aqui fazer análises sobre o PISA e devo dizeres-lhes que, se não me engano, quem está em primeiro lugar é a China. E nós devemos analisar, os países no contexto cultural e muito próprio de cada um deles, e na China meus senhores não há sindicato de professores, na China não há descentralização da educação, não há democracia educacional, não há playstation e internet à descrição, há mais respeito pelas escolas e professores do que eventualmente há noutros países e há uma coisa muito importante, à qual damos, numa sociedade rica, o relativo valor que é muito mais tempo de trabalho. ----------
------ E já não é só uma malga de arroz Sr. Paulo Seara. Isso é ignorância sua. Se o senhor trabalhasse com a China como alguns empresários que aqui dentro o fazem, e outros que conhecem a realidade da China hoje, o senhor está muito enganado com a malga de arroz. O senhor está falar de uma China, que é muito diferente da China que há hoje. Onde

continua haver gente com fome porque num país com um bilião e 300 milhões de pessoas, é difícil, se calhar, arranjar arroz para toda a gente. Mas olhe que há muito mais ferráris para metro quadrado em Xangai do que há na zona de Guimarães que era das maiores da Europa. Eu acho que há realidades que para as quais devíamos meditar, é que o chinês trabalha porque se não souber pelo menos 800 caracteres não fala chinês. E a China tem mais de 60mil caracteres entre a língua materna, o mandarim e os dialetos. E portanto, há conceitos que muitas das vezes nós não percebemos, porque não os integramos culturalmente, mas quando nos medimos e nos comparamos, temos que muitas das vezes que analisar as diferenças que há entre nós, e de facto nós temos os nossos filhos habituados de uma maneira muito diferente que tem os dos chineses. Apesar de termos avaliações em 3 províncias chinesas, uma das quais Xangai, como os senhores sabem, é só uma das maiores zonas do mundo, em termos de investigação e de finanças. ---------- Depois ouvi falar aqui muito do exemplo da Finlândia. É verdade que a Finlândia é um país à parte da Europa. Mas é à parte, também por uma questão cultural. É que na Finlândia não se perde muito tempo a discutir mudanças, nem questões de educação. Tem condições climatéricas diferentes das nossas, que também tem muita diferença da forma como se aprende e na evolução das coisas. Tem experiências que se estudam e aplicam-se, e os resultados são avaliados. Mas antes de se aplicarem não se podem tirar conclusões. Tem alunos, professores e encarregados de educação, responsáveis. Porque os pais normalmente acompanham os meninos à escola, vão busca-los à escola, e acompanham-nos no trabalho. E são os próprios encarregados de educação, quem, por uma questão de cultura própria, que monitorização o sistema de educação na Finlândia. ---------- Não sei se em Portugal as coisas mudaram muito, mas não há muitos anos, eu fui presidente da associação de pais da Marques de Castilho e, em 800 pais, quando eram convocados para uma reunião, apareciam uma dúzia deles. Podiam-se mandar papelinhos para toda a gente. Portanto, o dizer às vezes o “dizer que não fui convocado” é um bocado subjectivo. Nós, as vezes, desconvocamo-nos a nós próprios das nossas responsabilidades, de acompanhar os filhos e de acompanhar a escola. E havia outra realidade, que nós não podemos acusar os governos de serem responsáveis por ela, é que no caso específico da Marques de Castilho, por exemplo havia aulas de acompanhamento dos meninos e normalmente quem ia ás aulas eram os bons alunos aqueles que quase nem precisavam delas, os outros não punham lá os pés. E portanto nem os pais acompanhavam, nem os pais que iam à escola sabiam desta realidade, nem os professores podiam fazer nada porque os meninos não iam lá, e nem nós associações de pais podíamos combater isso porque os pais simplesmente não ligavam. E portanto há, rácios de avaliação neste país que

têm de ser ponderados em função de realidades que às vezes desconhecemos algumas, outros que estão lá dentro, obviamente que os conhecem melhor. ----------

------ Devo dizer que na sequência do que acabei de falar, sobre a Finlândia, neste momento a própria Finlândia está prestes a reverter o sistema de ensino, e vai alterá-lo já. Ou seja, não param. Nós discutimos se havemos de mudar. Não sei se de facto o presidente da câmara, ele vai-me desculpar, virou burro, mas eu ouvi-lhe tantos elogios, o homem era de top! Ele fazia coisas que aqui eu próprio lhe critiquei, foi teimoso e persistiu. Em algumas delas talvez terá chegado o pé mais a frente que o que devia depois teve que o chegar atrás, mas genericamente, eu acho que não o temos como irresponsável. E portanto, quando eu o vejo o presidente da câmara a requerer mais responsabilidades, aliando a ela, porque a pede, mais autonomia, pouco preocupado com números, pergunto se não lhe devemos dar o benefício dele se espalhar. Pode ser que desta vez vá falhar, até fazia jeito, porque eu acho que ultimamente, eu verifico que atualmente há um certo fenómeno de existencialismo litigante, entre o PS e o Sr. Presidente da Câmara. Não percebo porquê mas está em fim de mandato, é por isso?! É preciso preparar o caminho para novas figuras e é dar-lhe agora que já não vai ser preciso? ----------

------ É que os senhores têm um problema grave: quando queriam o poder não tinham com quem, então foram arranjar um homem de direita, conquistam o poder com a direita e agora querem que ele seja de esquerda. Não pode! Não pode, ele não é totalmente, mas é um bocadinho liberal e, portanto, como qualquer liberal quer fazer a experimentação, quer arranjar experiências novas e quer provar que é capaz. Acho que seria um bocado ingrato mesmo nesta matéria, que nós não lhe demos um certo acompanhamento no séquito para ver se ele vai ou não, cair até ao fim. Até porque eu acredito que ele terá, enfim, outras pretensões a outros voos e vai ter que provar na prática, que aquilo que está a pedir corresponde aos anseios e expetativas que tem e eu acho que nessa matéria todos nós vamos beneficiar. ----------

------ Devo dizer também, independentemente de quem não goste de ouvir, que vi este processo ser constantemente ostracizado e um monte de gente a recusar-se pura e simplesmente a discuti-lo. Nem estava bem nem estava mal, pura e simplesmente está mal e não discutimos. ----------

------ Tenho alguma dificuldade em intuir se percebo alguma coisa de educação, porque numas assembleias atrás, fiquei com a ideia que para ser conhecedor de educação, era preciso ser socialista desde pequenino e ter o oitavo ano, mas agora também é preciso ir à internet pesquisar. Pronto! Eu de facto não tenho as duas primeiras condicionantes, a segunda vou-me mexendo lá de vez em quando, sempre que tenho um bocadinho de tempo

e fui lá e li, as mesmas coisas que quem lá vai obviamente lê. Mas tenho outro percurso, que não deve servir para eu ter grandes competências para estar aqui a falar sobre educação. Eu fiz a primária em turmas de 28 alunos, com 4 classes, depois o secundário, o ensino médio, depois fiz o ensino superior, estive no privado, ainda fui à pública fazer umas coisitas, conheci esta gente toda de um lado ao outro, tirei o meu juízo de valor, mas reconheço que não tendo alguns outros atributos, também não posso fazer triagem sobre esta informação, para perceber de facto se sei alguma coisa sobre o que estou a falar. Portanto tenho algumas dúvidas. ----------

------ Há outra coisa ainda: também fui professor e também conheço um bocadinho a classe e sei que a classe dos professores é de um corporativismo profundo; é uma classe, ou era, hoje por ventura está mais evoluída, era uma classe, onde cada um se comia ao outro que estava ao lado, mas quando a coisa tocava a sério, uniam-se todos e o sino tocava a rebate. Portanto tenho também aqui um conceito da forma como as coisas são feitas. Que me perdoem os senhores professores mas eu compreendo que a mudança seja complicada, que mete medo, todos nós temos receios de mudar, mas o problema, meus caros amigos, é um, se as decisões estiverem no ministério é fácil fazer uma estatística e mandar para rua ou para a mobilidade seja quem for. Se as decisões estiver mais a nível local, se calhar o senhor presidente da câmara e os conselhos municipais seja quem for, pode ter alguma dificuldade, em empurrar pela borda fora pessoas que acabam por ser necessárias no sistema. ----------

------ Vi aqui também, uma grande preocupação, entre a defesa do público e do privado. Eu não sei se os senhores que defendem o público têm aversão ao meu dinheiro. É que eu estou no privado, pago impostos, os meus impostos servem para pagar os cheques também quem trabalha no público. E as empresas privadas, são os primeiros a pagar impostos, para fazer circular para pagar o público. E não vejo que os professores do ensino privado, sejam melhores ou piores que os do ensino público. E portanto tenho alguma dificuldade em perceber porque é que se quer criar uma guerra entre aquilo que é público e o que é privado. Partindo do pressuposto e da verdade universal que é, há coisas boas no público, e há coisas boas no privado e as coisas têm e tão só, conviver da forma que se entender mais adequada. ----------

------ Quando eu quero comprar um serviço, acho que me assiste o direito de escolher. O dinheiro é meu, as expectativas são minhas, e portanto eu devo comprar o que me apetece. Posso comprar uma grande porcaria mas é o meu dinheiro. Portanto, também não vejo que seja uma heresia haver cheques-educação, porque o dinheiro que vem é um dinheiro que é pedido, muito dele pago por todos também por mim. O senhor quer que o dinheiro seja

aplicado onde o senhor quer; desculpe, mas o dinheiro não é seu. As pessoas têm direito de escolher a via que muito bem lhes apetece. Com o devido condicionalismo, porque como nos sabemos os excessos muitas das vezes fazem mal ao sistema. E portanto, todos devemos procurar ser, um bocado, inteligentes nas escolhas que fazemos, sem ostracizar seja público seja privado, desde que as instituições prestem um serviço de qualidade. O único problema é o que o serviço de qualidade deve ser avaliado, todos os intervenientes do sistema devem ser avaliados, por gente com capacidade, por equipas independentes. Porque aquilo que está em causa fundamentalmente é que o ministério controle, aquilo que paga em função da qualidade que é prestada, por aquilo que despende. E portanto eu não vejo muito honestamente, que haja problemas entre a educação ser pública ou privada, mantendo, nós, o equilíbrio entre uma coisa e outra e porque hoje sabemos as realidades estruturais muito diferentes, entre a dimensão de uma, e a dimensão de outra. E portanto, devemos ser unicamente responsáveis a analisar isso. ----------

------ Quanto ao problema do medo das pessoas, hoje há uma coisa que é real e ninguém consegue escapar. É que o mundo está a mudar. E é que hoje queiramos ou não, todos nós, que hoje temos aqui uma realidade, amanhã temos outra, se calhar, diferente. E temos que procurar manter um equilíbrio e uma certa prespetiva, sobre a nossa própria mudança no dia a dia. Portanto há aqui uma serie de tabus à volta desta situação e à volta do tema desta discussão, que eu acho que neste momento são falaciosos. ----------

------ Sem implementarmos no sistema, sem implementarmos as mudanças, sem darmos tempo ao tempo, porque as mudanças não se fazem num ano, e há coisa que precisam de um timing por degrau para que mostrem resultados, sem que particularmente sejamos sérios, no processo de implementação, de aceitação e de acompanhamento deste projeto, acho que não podemos nem criticar nem apoiar, só temos, nós assembleia, o dever de tentar ser responsáveis na avaliação daquilo que é a nossa apreciação positiva ou a nossa apreciação negativa. ----------

------ Falar de governos acho que é uma falácia, porque daqui por uns tempos este vai continuar ou outro virá, temos problemas graves que todos sabemos que partem de uma estratégia global, que os partidos não se conseguem entender, mas, nós próprios, sociedade, temos o dever de impor, para que depois não tenhamos problemas de ideologias de esquerda ou de direita, porque para nós o que interessa é que o sistema funcione e é que os projetos tenham sucesso.” ----------

------ **Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara** – PJ da União das Freguesias de Águeda e Borralha: ----------

------ “Pois é Dr. António Martins, o mundo de facto está a mudar. Portugal também. Dois

milhões de pobres. Dois milhões a caminho. Com tanta gente pobre neste país, não há Educação que resista. Há muita coisa a mudar. ----------

------ Depois, o que o Sr. fez, notou-se que não tem o 8º ano e todas as outras coisas que eu tenho. O Sr. mais uma vez veio aqui e de Educação falou muito pouco. Vai-me desculpar! Fez uma súmula tipo Marcelo Rebelo de Sousa com barba, entre ao Marcelo rebelo de Sousa e o Pacheco Pereira, mas aqui é para discutir política não é para vir apreciar o que os outros disseram. Para apreciar o que os outros disseram está toda a gente. Agradeço o esforço que tem porque não deve ser fácil ouvir-me a mim e a outros, tantas vezes e depois estar a fazer o resumozito. Emita-se opinião acerca da Educação. Isso é que acrescenta. É como o IVA, imposto de valor acrescentado e eu já lhe tinha dito que não senti que acrescentasse aqui muito. Há coisas boas no privado e há coisas boas no público. Chamam-se as verdades de *La Palisse.* ----------

------ Mas, só lhe queria dizer que essa história do "eu pago" e "eu escolho", não é verdade. -

------ O Sr. vem aqui dizer que o ensino está mau por causa do sindicato? ----------

----- Então o Sr. não sabia que no ranking de PISA, para além da China, a Coreia do sul também está? ----------

------ Então não sabe que no Japão, a dada altura, o governo tinha *superavit* do produto, e na perspetiva de ter de trabalhar menos não sabiam o que haviam de fazer à vida? São questões do Sol Nascente. Aí eu estou de acordo consigo. A gente não pode confundir, não sei o quê, com a feira da Palhaça. Convêm não confundir muitas coisas porque dá asneira. -

------ Pedi que me explicassem porque é que isto vai ser melhor que, até agora, ainda ninguém me disse e eu disse, que a maioria das coisas que aparecem no documento, já é possível, hoje, em Águeda. Que na questão da descentralização há um sem número de coisas que o Partido Socialista concorda tais como: edifícios, SASE, transportes escolares, como questões de proximidade, não de Educação. ----------

----- O Sr. tal como o Eng.º Hilário vêm aqui e falam como se fosse para ir vendo, mas não! Isto é para decidir agora. O Sr. Presidente diz que para o ano se pode acabar com o contrato. Ó Sr. Presidente, assinamos para o ano, quando houver um novo governo. É meio ano, Sr. Presidente! ----------

------ Depois o Sr. Presidente também tem tomado algumas posições quando fala de alguns elementos do Partido Socialista que eu queria dizer aqui. Se há alguém que tem defendido o Sr. Presidente, nos últimos 10 anos em Águeda, tenho sido eu e o Sr. Deputado José Vidal. Os senhores deputados António Martins, Eng. Hilário, Sr. Pedro Vidal, são uma doçura consigo quando de há 10 anos para cá, caem em cima de si por tudo e por nada. ----------

------ Concluo com esta frase, não vale a pena vir aqui e criar problemas com o Sr.

Presidente da Câmara e com o PS porque não há. Os problemas estão sempre no mesmo sítios. O PS sempre esteve ao lado do Sr. Presidente da Câmara como tem estado agora. Agora, há questões de política não de políticos e aí, meus senhores, há quem não abdique deles." ----------

------ **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS: ----------

------ "De facto este é um assunto que pela primeira vez, pelo menos neste mandato, mobilizou um elevado número de pessoas, essencialmente porque aquilo que se pretende discutir nesta Assembleia é uma coisa essencial à vida de todos nós, que é a Educação e isso é que é importante e das razões mais nobres, que nos deve merecer mais atenção e preocupação. ----------

------ Quanto ao assunto em concreto que nos trouxe aqui hoje, este contrato com o governo para a transmissão de competências, porque no fundo aquilo que está a ser feito e eu queria que isto ficasse reiterado, e aquilo que eu entendo pelo menos que está a ser feito é uma delegação de competências e não uma verdadeira descentralização, como aliás já foi dito aqui antes, o que eu acho é que em matérias de Educação, as coisas devem ser feitas e devem ser pensadas e implementadas com mais cuidado e mais reflexão. E aquilo de que me pude ir apercebendo ao longo deste processo que já começou há alguns meses, é que nunca houve uma grande coerência ou pelo menos nunca houve uma grande segurança da forma como o projeto haveria de avançar. Houve recuos, houve avanços, não se sabia se era para ser implementado, depois já era. Em dezembro nós falámos aqui nesta assembleia sobre este assunto e estava tudo um pouco " em águas de bacalhau", o que é certo é que é trazido à nossa apreciação este contrato, que na minha opinião e na minha convicção, e quanto a isso queria dizer exatamente que esta questão e as questões de políticas de Educação também tem a ver com as convicções de cada um. Não é só uma questão de ideologia é uma questão de convicção. Depois se as convicções de cada um se adaptam mais a uma ou outra ideologia, isso já é uma questão secundária. Mas, quanto a mim, a Educação e as políticas da Educação é essencialmente uma questão de convicção e de convicção pessoal. E, a minha convicção pessoal é no sentido de que o ensino deve ser público e prestado também com garantias de igualdade e de qualidade no acesso para todos os cidadãos, independentemente das suas condições económicas, dos locais onde residam. Enfim! O ensino deverá ser sempre público e prestadas pelo Estado, as garantias de igualdade, na qualidade e no acesso ao mesmo. E, posto isto, o que eu depreendi deste projeto, que é embrionário (e espero estar errada), é que esta é a minha convicção de hoje, 18 de abril, de 2015, é que isto, não é mais do que um embrião para uma futura privatização do ensino. O Sr. professor Martins já disse que isto não é mal nenhum, que não se pode

demoniacar o ensino privado, mas mais uma vês reitero, é uma questão de convicção pessoal.----------

------ Fui aluna da escola pública toda a minha vida até ao dia que decidi fazer o mestrado e inscrever-me numa universidade privada e confesso que não gostei nada da experiencia. E, curiosamente, tive na universidade um professor que coincidiu com a universidade pública e parecia que era outra pessoa, mas isto são outras considerações. Como disse, acredito no ensino público, acredito que este é um projeto embrionário duma privatização do ensino. À semelhança do que o Sr. Paulo Tomás disse há pouco, aquilo que se pretende é desmantelar o ensino para mais tarde o privatizar. Essa é a minha convicção. Oxalá que eu me engane. ----------

----- Acho também que o que o governo pretende é desresponsabilizar-se. Todos nós temos assistido a um descalabro total na atuação do governo em matéria educativa e eu acho que o governo quer apenas sacudir a água do capote e atirar para as autarquias a responsabilidade pelas suas falhas. Com isto, eu não quero obviamente dizer que este executivo é inconsciente e que não sabe aquilo que está a fazer e aí reside outra questão: é que eu acho que este executivo sabe aquilo que está a fazer e o Sr. Presidente disse que acredita que é o melhor para o Concelho; não tenho dúvidas nenhumas sobre isso e espero sinceramente que eu esteja errada e que este projeto não venha a ser prejudicial para todas as nossas crianças e para todos aqueles que hoje estudam no Concelho de Águeda. ---------

------ Sei o trabalho que vocês têm feito e estou em crer que em Águeda dificilmente haverá problemas na Educação e na implementação deste projeto, caso ele venha a ser implementado. Todavia, isto remete-me para outra questão que eu tinha revisto de início, que é a questão da igualdade. E eu, não posso aceitar por muito que isso me custe, que no meu concelho eu fique envaidecida por este ter uma boa Educação, mas eu não posso aceitar que por força desta medida, outros concelhos ou as crianças de outros concelhos não tenham acesso a uma Educação semelhante ou um desempenho que eu tenho a certeza que este executivo terá. ----------

------ E, assim sendo, e como disse esta é uma questão de convicção, e uma questão de convicção pessoal, eu terei que votar contra esta proposta.” ----------

------ **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:** ----------

------ “É lógico que isto aqui é uma questão ideológica, Sr. Professor António Martins e é tão ideológica que o Sr. veio aqui desmentir tudo aquilo que vem defendendo há muitos anos que o conheço nesta Assembleia. Sempre o CDS atacou aqui o Sr. Presidente da Câmara e o executivo; sempre pedindo planificações, planeamento, custos, benefícios, hoje não é preciso números, não é preciso nada. O Sr. Presidente que gaste o que ele quiser. Ele nem

sabe o que vai fazer! Quanto é que vai gastar, nem nada. É que não há plano nenhum, Sr. Presidente. O Plano que vem no contrato fala no plano estratégico. Não existe. Nenhum de nós sabe, por exemplo, quais as necessidades do agrupamento de Águeda. Nenhum dos senhores deputados que vai votar, sabe quais são as necessidades. O Sr. Diretor terá algumas razões, eu conhecerei algumas partes, outros colegas aqui também, mas não sabem nada das necessidades. Mas se não sabem das necessidades para que querem as competências? Ou vão pedir as competências de acordo com o Plano Estratégico? É que o Plano Estratégico, a que o Eng. Hilário chama Carta Educativa é fundamental. ----------
------ Isto é, vamos assinar com um governo sem credibilidade como já se mostrou. O Sr. Presidente da Câmara já encomendou um Projeto Educativo Concelhio para depois traçar as linhas orientadoras, as necessidades e a forma de fazer. Portanto, a única coisa séria neste processo, a posição do CDS não é, porque a deste é apenas a defesa do ministro Paulo Portas, o famoso ministro que iria fazer a reforma e que não fez nem uma! A única reforma que foi feita, saiu no jornal esta semana, dados do INE, que foi 3.600 milhões roubados aos salários 2.400 milhões foram parar ao capital e 1100 milhões foram para o governo. É só para falar que a única coisa séria que há aqui, não é nenhuma posição do CDS porque esta é uma posição cega pois não sabe as necessidades das escolas, não há aumento de dinheiro de transferências, não sabe o que são 25% do currículo, não sabe o que se dá nas escolas e vem defender uma posição que não sabe. Não sabe que não há plano e não sabe que o que o Sr. Presidente vai fazer com as transferências. Nem sequer sabe quais são as competências do Conselho Nacional de Educação, nem o que eles vão fazer. Não sabem nada e vêm aqui votar uma coisa sobre a qual não sabem nada. A diferença entre o saber e o não saber é que disto eu sei. ----------
------ E sabe no que os Senhores vão votar? Vão votar naquilo que atacaram toda a vida durante nove anos. Vão votar na credibilidade do Sr. Presidente e na credibilidade deste executivo. Somente nisso. Depois de o terem atacado, depois de terem dito cobras e lagartos, até ofendido com difamações pessoais. A única coisa séria aqui neste processo, é a credibilidade do Sr. Presidente e a credibilidade deste executivo. O PS sempre defendeu o Sr. Presidente da Câmara e o executivo e, mais uma vez, quando os seus membros tomam a liberdade de discordar dele é na sua defesa e aceitando sempre que o seu trabalho será sempre melhor. ----------
------ Agora, nós não somos seguidistas, nem votamos nos roubos que estão a ser feitos ao povo português com o apoio do CDS e do PSD, que sempre aprovaram de forma cega sem nunca os criticarem. Não é o caso. Nós no PS uns votarão contra e outros a favor. Aqui no nosso partido apoiamos o nosso Presidente da Câmara e quando não concordamos

dizemos-lhe.” ----------
------ **Francisco Manuel Camossa Abrunhosa Simões** – CDU: ----------
------ “É sempre com alguma angústia que me levanto para falar em circunstâncias como estas, em que estamos a repetir, a repetir e não dizemos nada. Com angústia porque me parece que as pessoas não entenderam aquilo que eu disse e eu penso que tenho um discurso claro. Mas reflito e venho animado e entendo que se calhar eles não querem é dizer que me entendem. Porque a argumentação que aqui está a ser feita a favor da celebração deste contrato, só um Fellini ou um Bertolucci é que podiam tratar isto porque isto não faz sentido nenhum. ----------
------ Ao Sr. Professor Martins, que chegou aqui e me acusou, nem lhe respondo porque ele não merece. Não disse nada de substantivo para acrescentar à discussão que temos aqui. --
------ Há aqui uma questão que é fundamental e a Sra. 1ª Secretária Carla Tavares tocou no assunto. Não concordei com tudo o que disse, mas é a questão da desigualdade do princípio constitucional que a Educação tem que ser igual em todo o país desde a primeira freguesia do Minho, à última do Algarve. E estamos aqui a subverter tudo, a por uma pedra na engrenagem. Entendam isto, senhores! São duas questões completamente diferentes. ---
------ O Sr. Presidente gosta muito de Águeda. Claro! Não duvido disso! Não duvido do sucesso aplicado aqui em Águeda, mas sou contra ele porque isto não é um dogma. É um princípio básico que se começamos a abrir o flanco daqui e dacolá, qualquer dia damos àquilo que disse, que é a privatização do ensino.” ----------
------ **Paulo Jorge de Almeida Pereira** – CDS: ----------
------ “Estava convicto que vinha hoje aqui discutir Educação e dou por mim, em parte do tempo, a discutir ideologias e, pior do que isso, algo que eu não esperava, ver o CDS a ser o cavalo de batalha e, ao que parece, de uma luta interna do partido socialista, que a nós nada nos diz respeito. ----------
------ Dizer-vos contudo que comecei a crescer politicamente ali em cima, nesta bancada, a assistir a esta Assembleia, com alguns dos intervenientes que hoje também se encontram. --
------ E cresci, ali em cima, a ouvir que quem estava no terreno e mais perto das situações conseguia decidir melhor, fazer melhor com menos. Estranho hoje, que esses mesmo que tantas vezes ouvi e tantas vezes continuo a ouvir, embora num outro âmbito a dizer que as juntas porque estão mais perto do terreno, da ação e do problema, que melhor podem tomar as decisões, que tanto pedem protocolos ou os contratos interadministrativos, ver esses mesmos, hoje, a dizer que este executivo não é capaz, em conjunto com as escolas, note-se, de fazer algo melhor. ----------
------ Relativamente à discussão que aqui nos traz e sendo breve, refletindo sobre os

pareceres das escolas, porque é isso que me parece importante, e um outro que de seguida irei, relativamente aos pareceres das escolas desculpe Sr. Presidente, mas tenho uma interpretação diferente da sua. Eu não acho que não seja a escola que menos diretamente trabalha com a câmara, que não tenha votado favoravelmente. A análise que faço é que a escola que melhor classificada está no ranking e poder-me-ão dizer que não só os rankings servem para medir a qualidade do ensino, mas enquanto não mostrarem uma ferramenta melhor é por essa que eu me irei guiar. O que eu vejo é que a escola, que melhor classificada está e claramente melhor classificada que as restantes, foi a única que rejeitou, talvez porque se encontra numa posição mais confortável e não sinta a necessidade desta mudança. ----------

------ Antes de cá chegar, havia só algo que me preocupava e que gostava de saber e até ao início desta assembleia não sabia que era o que pensavam na sua generalidade, na medida do possível, os pais dos alunos deste concelho. Isso ficou para mim claro, no início desta assembleia, com a intervenção que felizmente aqui ocorreu. E, portanto, para mim está claro que eu prefiro estar aqui daqui a alguns anos se o processo foi bom ou foi mau, que prefiro estar aqui a fazer esse exercício, do que vir aqui dizer que alguém, há 20 anos atrás, num país nórdico, começou qualquer alteração e hoje entendem que, se calhar, não foi a melhor. Eu prefiro, claramente, estar do lado dos que tentam fazer mais, até porque quando eu olho para os rankings eu não olho para baixo. Olho para quem está acima de mim. É para aí que eu me oriento. ----------

------ Certamente alguns não acreditam, mas eu continuo a acreditar no elevador social, continuo a acreditar que é a Educação o motor do elevador social, continuo a acreditar que sendo a Educação, a chave do motor do elevador social é a única coisa que permite que gerações futuras possam deixar às seguintes o que receberam das anteriores. ----------

------ É verdade que eu não sei tudo sobre as escolas. Tal como o professor Vidal aqui disse, eu não sei algumas das necessidades das escolas, mas sei ou tenho a convicção de uma coisa, que essas necessidades serão mais facilmente ultrapassadas, com o apoio da Câmara Municipal do que com o apoio de quem lá na 5 de outubro, estiver ou não para os atender. ----------

------ Portanto, Sr. Presidente, só posso ter uma posição relativamente a este projeto, embora compreenda que algumas dúvidas poderiam ter sido dissipadas, mas agrada-me também saber que não iremos decidir algo que está fechado e que irá ser chamada toda a comunidade, a participar na decisão daquilo que vier. Espero, contudo, que não se esqueça do compromisso que aqui hoje deixou, de fazer com que, tanto quanto possível e tanto quanto seja do interesse e da vontade das escola, que as competências sejam delegadas

para estas e não tanto para a autarquia.” ----------
------ **Cristina Paula Fernandes da Cruz**, PS: ----------
------ “Gostaria de partilhar algumas considerações sobre o programa Aproximar Educação que correndo o risco de não trazer nada de novo, não poderei deixar de fazer enquanto cidadã, mãe e professora, entende que este é um assunto demasiado importante e como tal merecedor da reflexão de cada um de nós. ----------
------ A 1ªvez que ouvi falar deste processo, foi no início do verão passado e desde logo me pareceu que poderia ser uma mais-valia para as nossas escolas, daí o meu empenho em procurar perceber do que se tratava e como estava a ser trabalhada em diferentes municípios. As conclusões a que cheguei relativamente à implementação deste projeto piloto resultam dessa procura de informação, participação em seminários, audições ou simples debates e discussões sobre o assunto que se foram realizando em vários municípios, ao longo dos últimos meses e não de uma simples leitura dos documentos que nos permitem tirar as conclusões que entendermos por mais convenientes. ----------
------ Obviamente não considero que estejamos a falar de um projeto perfeito. Longe disso. Mas também ainda não houve reforma nenhuma que o fosse. Tem fragilidades. Contudo, ao contrário de outras que nos têm surgido por decreto, aqui temos a possibilidade de participar na definição de um modelo que mais e melhor contribua para o sucesso das nossas crianças e jovens. Estamos a falar de um projeto que apesar de balizado dá margem para que toda a comunidade educativa, diretores, professores, pais, parceiros sociais, culturais e empresariais e não apenas a autarquia se envolva na construção de um modelo que trará mais vantagens à nossa escola e consequentemente aos nossos alunos. ----------
------ O facto do poder de decisão estar agora nas nossas mãos acresce uma grande responsabilidade. Sem dúvida! Mas vamos rejeitá-la e continuar a dizer mal do Ministério da Educação que ao longo dos anos tem dado provas evidentes do seu mau funcionamento? Duvidamos que possamos fazer mais e melhor? Quem mais sabe das dificuldades locais, debilidades de uma outra escola, das necessidades deste ou daquele aluno? É o Ministério da Educação? ----------
------ Alguém duvida que localmente há mais capacidade para dar resposta aos problemas das nossas crianças e jovens e de contribuir para superar as necessidades que surgem nas escolas? ----------
----- Basta pensarmos que estamos a defender os interesses dos nossos filhos. Sim! Porque todos praticamente somos pais, avós ou tios e, quem melhor do que nós para reclamar a melhor educação para todos eles? Naturalmente, não estamos à espera que seja o Presidente da Câmara ou a Vereadora da Educação a decidir e a mandar na Educação em

Águeda, ainda que neste caso e como já foi dito, até tenham competência certificada em Educação. ----------

------ Este projeto legitima inequivocamente o papel da comunidade, nas tomadas de decisão. A escola há muito que deixou de ser lugar exclusivo de decisão dos professores. Pois apesar de estes se diferenciarem dos demais pelos conhecimentos científicos e pedagógicos, a escola já não é lugar apenas de instrução. É isso sim, e cada vez mais, espaço de educação. É lá que as nossas crianças, infelizmente, passam a maior parte do seu dia e, como tal, nenhum de nós concordará em deixar que sejam outros a decidir de que forma queremos que eles sejam educados. ----------

------ O papel da comunidade educativa, onde todos nos incluímos, é contribuir positivamente para que os nossos filhos tenham o sucesso que todos almejamos para eles. Não lhes basta ter conhecimentos científicos dado que esse é apenas um pequeno contributo para os formar como cidadãos plenos. ----------

------ O programa Aproximar Educação reforçará por um lado o diálogo dentro da escola entre professores e comunidade educativa e obrigará felizmente por outro a uma maior e inequívoca comunicação, discussão e partilha entre as diferentes escolas e agrupamentos do município. ----------

------ Importa acima de tudo que se efetive um trabalho conjunto que vislumbre o sucesso de todas as crianças e jovens através do reforço de medidas e recursos inovadores e motivadores. ----------

------ Pretende-se que cada escola deixe de olhar para o seu umbigo e encare a Educação como um todo em Águeda, tendo o aluno como centro de todas as suas medidas e decisões. O sucesso das nossas crianças e jovens, refletir-se-á na sociedade que queremos no futuro. ----------

------ Já aqui hoje foram elencadas várias vantagens que este processo poderá trazer para a Educação, gostaria no entanto e ainda assim, de salientar algumas. É consensual de que quanto mais próxima estiver a gestão mais eficaz será, logo, mais ganhos teremos. Estes poderão ser investidos em recursos ou projetos de combate ao insucesso, ao abandono, enfim, à redução das desigualdades dentro do município e até na mesma escola. Para além disso, mantendo a sua identidade própria, cada escola elaborará o seu projeto educativo, que encontrará pontos fundamentais de articulação com um projeto estratégico educativo municipal para que todo o município trabalhe no mesmo sentido e a real comunicação entre as escolas não continue a ser uma miragem. Esta necessária coordenação continuará a efetivar-se ainda através da partilha de responsabilidades entre os diferentes elementos que a detêm: o ministério, a autarquia, a escola e o conselho municipal de educação. ----------

------ As competências base que regulam e orientam a educação em Portugal, bem como o pessoal docente, mantém-se no Ministério da Educação. Todas as outras ficarão nas mãos da autarquia e as escolas terão agora a oportunidade de puxar a si competências que entendam serem importantes e que legitimem a sua autonomia. Poderão perder soberania, é certo, mas cada vez mais se trabalha em rede e a partilha de boas práticas é comprovadamente o melhor caminho para o sucesso de todos. Naturalmente também lhe encontramos debilidades e, por isso mesmo, autorizar o Sr. Presidente da Câmara a assinar este contrato de delegação de competências, não lhe estamos a passar um cheque em branco. Estou certa de que assumirá o compromisso, e já assumiu cada vez mais, com as escolas e restante comunidade educativa, decidir o que deve ser negociado, não só no que respeita ao contrato mas também à matriz de competências. Não será a autarquia a fazê-lo unilateralmente. Todos estarão envolvidos na construção deste novo modelo de educação para Águeda ao longo dos próximos 4 anos. ----------

----- Concordando ou não com a forma como este processo foi conduzido em Águeda, a verdade é que os três concelhos gerais dos agrupamentos de escolas de Águeda deram parecer favorável ao desenvolvimento deste projeto. Não podemos esquecer que o conselho geral é o órgão máximo dentro da escola onde estão representados todos os professores, auxiliares, pais, autarquia e parceiros culturais, sociais e empresarias. ----------

------ Se inicialmente houve alguma resistência provocado pela falta de informação à medida que os esclarecimentos foram surgindo, as opiniões foram mudando e a votação destes conselhos foi clara. No agrupamento de escolas de Águeda, com 1.263 alunos houve unanimidade na votação. No agrupamento de Valongo do Vouga com cerca de 913 alunos, apenas 3 professores votaram contra. E em Águeda Sul, com 2 065 alunos, esteve a maioria dos professores, contra este processo. O conselho geral da única escola não agrupada de Águeda, a Adolfo Portela, com cerca 965 alunos, não deu um parecer favorável. Verifica-se portanto, que à excepção de alguns professores e não de todos, como se vai dizendo, a comunidade educativa esta a favor do envolvimento do município neste projeto piloto. Se quisermos fazer ainda uma análise destes resultados, verificamos que onde houve mais oposição foi nas escolas onde a autarquia não tem grande relevância como é o caso das escolas secundárias. Estas estão habituadas a trabalhar para si e tem objetivos muito claros em termos de resultados. Onde a câmara já tem competências, as escolas reconheceram a sua capacidade para lidar com a educação e mantiveram a sua confiança. Se na sua grande maioria, as escolas de Águeda consideram que vale a pena participar neste projeto, sabendo que há riscos inerentes ao próprio facto de estarmos a pisar um terreno desconhecido, mas reconhecendo que muitos dos seus alunos poderão

ganhar com o mesmo não me cabe a mim e penso que nem a vós, fazer o contrário pois dessa forma, não estaremos a defender a Educação em Águeda. ----------

------ Note-se ainda que tudo isso só está a ser discutido porque se trata de um projeto piloto e portanto em construção em que nos é dada a possibilidade de construir um modelo a implementar em Águeda que não veio definido em decreto. Ao não o viabilizar, será assumida uma posição mais cómoda e livre de responsabilidades, mas daqui a 4 anos, sem direito a discussão, ver-nos-emos obrigados aceitar aquilo que outros definiram à sua maneira pois, quer Águeda participe ou não, o projeto vai continuar. ----------

------ Por diversas vezes ouvi comentários sobre o excelente tratamento que a Educação sempre mereceu em Águeda. Portanto, esta não é uma tradição dos últimos tempos pelo que temos motivos para acreditar que o continuará sempre a ter. O investimento nesta área veio sempre a aumentar sem que outras fossem prejudicadas. O que se espera é que o panorama se mantenha pois todos sairão a ganhar. ----------

------ Para finalizar, gostaria ainda de referir que os pais e encarregados de educação dos cerca de 5 200 alunos que frequentam a escola pública em Águeda e que equivalem a cerca de 10 400 na sua maioria, estou a falar dos pais, favoráveis a este processo, tal como já ouvimos aqui hoje. Os pais sabem o que é melhor para os seus filhos e os riscos que querem correr por eles representam aproximadamente 1/3 do eleitorado em Águeda e foram eles que me e vos elegeram. Cabe-me portanto, legitimar a sua decisão e contribuir para o aumento do sucesso dos filhos de todos nós. ----------

------ Aproveitava aqui para esclarecer a questão de os pais não terem sido chamados. Como sabem a Federação das Associações de Pais é uma instituição que funciona mais ou menos como esta Assembleia. Tem uma assembleia-geral e são ouvidas as associações de pais e as associações de pais foram legitimamente eleitas pelos pais que se preocupam e vão ás assembleias e que infelizmente são muito poucos com também aqui já foi dito. Portanto, as associações têm legitimidade para representar os pais. E a posição da Federação é baseada na posição das associações. Portanto, as associações de pais em vez de levantarem problemas como este devem ir lá. ----------

------ Ainda em relação a algumas intervenções, eu tenho mais alguns esclarecimentos que gostaria de dar. ----------

------ A primeira tem exatamente a ver com o professor Bruno Reis e em relação à questão da articulação do ensino com a vida empresarial. Dá-me ideia que esta articulação será uma mais valia para todos. Se as empresas tem necessidade de ter mão-de-obra com formação, faz sentido que a formação seja feita em Águeda. No entanto, esta necessidade não será exclusiva de Águeda. Os outros municípios também a terão. Qualquer jovem que queira ir

trabalhar para outro município, não fica inválido porque fez aqui uma formação que não fez noutro. Para além disso, a transferência das crianças, para outro município, também não vejo como possa ser afetada, o currículo nacional mantêm-se. O programa mantém-se. Portanto, os 25% de base local que poderão ser utilizados ou não, serão sempre decisão das escolas, dos conselhos gerais. Só eles os poderão aprovar e até corremos o "risco" de Águeda não mexe nesses 25%, mas Oliveira de Azeméis ou outro município qualquer mexe. E, portanto, ao transferirem-se para lá vão ter um currículo ligeiramente diferente, porque não vamos tirar o currículo nacional, como sabe, o programa tem que ser cumprido. ----------

------ Portanto, os conhecimentos dos alunos, em Águeda, são iguais aos do resto do país. Os programas têm de ser cumpridos. ----------

------ Em relação à intervenção do Sr. Deputado Francisco Simões, queria dizer-lhe que o que aqui tem sido dito pelos deputados que estão a favor, é tão válido como o que tem sido dito pelos deputados que estão contra. Temos que respeitar a opinião uns dos outros. Mais nada! Em relação ao que disse no início da sua primeira intervenção, que esta Assembleia chamou aqui pais para falar, também deveria ter dito que também chamou professores porque foram três professores a intervir e um único pai. ----------

------ Depois, dizer também ao Sr. Presidente de Junta Paulo Seara, embora isto já tenha sido feito, que os funcionários já passam de uma escola para a outra dentro do mesmo agrupamento e a gestão é feita pelos diretores; não é pela câmara. Quando a direção entende das necessidades de cada sítio. Queria dizer-lhe também que a Finlândia é reconhecidamente como um dos países com melhores resultados e que tem um sistema educativo que é partilhado entre as escolas e o poder local. Depois também lhe queria dizer que não estamos a mudar o país com este projeto. Estamos a participar nele e só depois de avaliado é que se poderá mudar ou não. Por isso é que é piloto e só alguns municípios estão a participar, como acontece em qualquer projeto piloto. Depois queria dizer-lhe também que se se arrependeu de algumas decisões que tomou dá-me a certeza de que estou certa porque estou a tomar uma decisão contrária à sua. Não me vou arrepender de certeza. ----------

------ Em relação ao professor Vidal, quero dizer-lhe que efetivamente defendo este projeto porque acredito e porque só acreditando é que inovamos, é que mudamos e é que podemos andar para a frente. Foi assim e foi por acreditar que aconteceu o 25 de abril. ----------

------ Quando todas as escolas tiverem uma qualidade equivalente, não haverá problemas em os pais quererem escolher a melhor escola, porque todas estarão a um nível igualitário e esse problema não se colocará. Depois, também lhe queria dizer que retirar carga horária sem alterar programas nem currículos já foi feito pelo governo anterior. E retirar carga

horária, acho muito bem. Os miúdos têm uma carga horária excessiva. O que falta efetivamente é que alterem os currículos.” ----------
------ O **Sr. Presidente da Câmara,** presta alguns esclarecimentos: ----------
------ “Começava por algumas afirmações do Sr. Eng. Francisco Simões e da Dr.ª Carla. ----------
------ Nós nascemos iguais, mas com grande desigualdade, logo. Somos logo desiguais. As nossas famílias são diferentes. O nosso meio é diferente e aquilo que os senhores advogam em termos de educação é que nós nivelemos por baixo a educação. E mais uma vez eu repito: é isso que eu não quero. Acho que cada um tem que dar conforme a sua capacidade e o ensino, embora seja igual, deve responder às capacidades de cada um. Porque se um tem mais capacidades, precisamos de o deixar ir, se o outro tem menos capacidades precisamos de o auxiliar para que ele chegue o mais longe possível e é isto que nós pretendemos. Não é um nivelamento por baixo em que fiquem todos ao mesmo nível. --------
----- Quanto à descentralização e delegação de competência, prefiro uma delegação de competências porque, uma delegação de competências, eu posso recusá-la se não cumprir, uma descentralização como com ela. Eu tenho de comer com os transportes. Não me agrada, mas tenho de comer. Uma descentralização. Eles disseram que davam o dinheiro. Não deram. Paciência! Não tenho forma de reivindicar. Eu prefiro a delegação de competências porque estamos mais equilibrados! Ou cumprimos o contrato ou então, recuamos e vamos embora. ----------
------ Sr. Paulo Seara: qual vai ser o governo? ----------
------ Porque é que o próximo governo não vai concordar com isso tudo? Expliquem-me! E porque é que vai concordar? E depois, há aqui uma profissão de fé. Porque é que vai ser melhor? Porque eu acredito que vai ser melhor, como acreditei que era possível melhorar as finanças da câmara, como acreditei que era possível desburocratizar como acredito que é possível fazer mais e melhor nas escolas. Paciência! Acertei das outras, espero continuar a acertar. É uma profissão de fé! Acredito nos senhores diretores, acredito na comunidade educativa e acho que podemos fazer mais e melhor. ----------
------ Quanto é que vai custar, Sr. José Vidal?! Não sei! Sinceramente não sabemos! Sabemos que temos um limite que são as transferências do ministério. A câmara já coloca dinheiro na Educação. Nas AEC’s são cerca de 80 mil euros a mais do que vem do ministério, porque entendemos que é preciso. Se nós queremos aquela qualidade, nós não a conseguíamos dar com as verbas que são transferidas, mas entendemos que é necessário e colocamos lá dinheiro. Já apoiamos psicólogos, apoiamos outras ações, mas queremos faze-lo e é a câmara que assume e vamos dizer claramente que estamos a apostar mais X na Educação e que essas verbas eram necessárias. Isto também serve para

depois lutarmos para que venha mais dinheiro do ministério. Como este governo diz que não, que não há mais dinheiro, espero que o próximo diga que há mais dinheiro para a Educação. Lá estaremos para o ir buscar, porque se não nos derem esse dinheiro e derem a outros, a gente pode sempre dizer, aqui estão as competências. Queremos fazer melhor mas não fazemos isso a qualquer custo. As coisas têm que ser equilibradas e por isso preferimos a delegação de competências. ----------

----- Quanto às questões que o Eng.º Hilário colocou, sobre os conselhos municipais de educação, não sabemos qual vai ser a sua composição. Já devia ter saído essa definição, deve sair a qualquer momento, mas é imperativo de lei e acho que não faz sentido traze-lo aqui. ----------

------ Quanto ao projeto educativo, tem que ser aprovado na Assembleia e pensamos que no final do ano estará cá para ser aprovado. As competências serão o passo seguinte que daremos após e se for aprovado aqui. Iremos negociar com todos os agrupamentos e chamaremos a este processo a escola Adolfo Portela, no sentido de definir uma matriz de competências que seja consensual. Esperemos que todos participem e não tenho problemas nenhuns em assumir o compromisso de a trazer aqui, porque acredito que vamos consensualizar este processo. Se houver alguém que se recuse mesmo a participar, então assumimos a recusa. Aqueles que quiserem participar, e nós temos três conselhos gerais que concordaram com esta posição e que vão participar. Aquilo que vamos fazer é uma extensão ao outro que se recusar a participar, mas nós queremos a colaboração de todos. E traremos o assunto sem problemas a esta assembleia, porque quem dá uma carta branca à autarquia merece a consideração de ver o uso que foi dado dela. Não temos problemas nisso. As competências não são nossas. Vocês passaram-nas para nós e nós passámo-las para o agrupamento. Elas são para fazer melhor pelo concelho, sujeitas a aprovação. Se cair, caiu! Eu entendo que isto é o melhor para o concelho se entenderem que não, eu terei muito menos trabalho e a Sr.ª Vereadora também. Nós temos outras coisas para fazer. Este projeto vai dar muito trabalho e muito envolvimento. Não tenho problemas nenhuns nisso." ----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, aprovou por maioria com 19 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções, a Proposta da Câmara Municipal para a realização de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na área da Educação – Programa Aproximar Educação. ----------

---------- **DECLARAÇÃO DE VOTO** ----------

----- "Os abaixo assinados, membros eleitos pelo Partido Socialista para a Assembleia Municipal de Águeda, tendo votado contra a proposta da Câmara Municipal de Águeda para

a realização de um contrato interadministrativo de **Delegação de Competências na Área da Educação – Aproximar Educação**, ponto único em discussão nesta 2ª Sessão Extraordinária de 17 de Abril, vem pelo presente e nos termos e para os efeitos previstos no artigo 33º do Regimento da AMA apresentar a sua declaração de voto nos termos seguintes: ------ Não obstante ser nossa convicção que o atual executivo da Câmara Municipal de Águeda levará a cabo com sucesso este projeto que acreditamos abraçou como um desafio cujo objetivo único é melhorar a escola no concelho de Águeda, procurando assim colmatar as sucessivas falhas causada pela desastrosa gestão deste Governo, não podemos olvidar o principio fundamental e constitucionalmente consagrado nos artigos 73º e 74º da Constituição da República Portuguesa, assente no direito universal à educação e ao ensino com garantia do direito de igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, sendo nosso entendimento que o modelo agora apresentado pelo governo de maioria PPD/PSD e CDS/PP fomenta e contribuirá para a existência e agravamento de desigualdades no acesso ao ensino. E este é o princípio com o qual não podemos concordar. ----------
------ Assim: ----------
------ 1. Considerando o ataque realizado por este Governo à escola pública; designadamente: redução global de investimento; aumento do número de alunos por turma; alterações curriculares acabando com disciplinas de carater transversal que desenvolviam projetos de âmbito local; desvalorização das disciplinas de caráter tecnológico com redução do número de professores; redução e desvalorização da Educação Física, num país que tem as taxas de obesidade e das mais baixas de prática regular de atividade física; redução dos apoios sociais aos alunos; redução dos técnicos de apoio psicológico, terapia da fala e terapia ocupacional; redução dos técnicos especializados nas áreas dos portadores de deficiências; desvalorização dos percursos pedagógicos, avaliando o sistema pelos resultados dos exames, entre outras medidas, como o favorecimento indireto dos estabelecimentos privados ao manter ou reduzir em muito pouco o financiamento das mesmas, alterando legislações que permitem a sua existência, onde há escolas públicas. ---
------ 2. Considerando assim o ataque realizado por este Governo à classe dos professores, desvalorizando as suas práticas, a sua imagem social, estabelecendo mecanismos de avaliação anacrónicos, sem sustentação científica alguma, desrespeitando-os como pessoas com famílias, através de constantes alterações normativas, em específico ao nível de colocações e concursos, como neste ano se veio a verificar. ----------
------ 3. Considerando a forma simplista como este Governo fala de metas, eficácia, resultados, ratings, na avaliação de atos educativos, como se os alunos fossem peças produzidos em cadeia numa fábrica e não fossem pessoas particulares em desenvolvimento

constante, do que é expoente máximo de contradição, a atribuição de maiores créditos horários às melhores escolas em vez, como seria lógico, às escolas com piores resultados. ---------- 4. Considerando que o projeto aparece depois de existir uma total descapitalização financeira, estrutural e motivacional da escola pública. ---------- 5. Considerando a forma sigilosa como este projeto apareceu, não permitindo uma discussão séria e aprofundada pela comunidade educativa das suas vantagens e desvantagens. ---------- 6. Considerando que um projeto piloto pretende extrair dados para análise consequente, são contraditórias as alterações permitidas ao nível das delegações de competências em cada um dos concelhos, criando projetos diferenciados em cada um deles, não um projeto piloto experimental que permita comparação e validação de dados, mais uma vez levando a crer que o Governo encara com ligeireza a problemática da Educação querendo a todo o custo ver aprovados os protocolos, sem levar em linha de conta as consequências dos seus atos, desresponsabilizando-se do serviço público universal da educação. ---------- 7. Considerando assim que várias cláusulas da proposta de contrato são irregulares, porque desrespeitam o regime de autonomia, administração e gestão das escolas públicas fixado em três diplomas (DL nº75/2008, de 22 de abril, DL. Nº 224/2009, de 11 de setembro e DL. Nº 137/2012, de 2 de julho), como é o caso concreto da alteração das competências dos conselhos gerais e dos diretores, que só um decreto-lei poderia derrogar. O choque entre a lei e o contrato é mais gritante no caso das escolas com contratos de autonomia. ---------- 8. Considerando que todo o documento aponta para a elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal, como documento orientador dos planos Municipais e dos projetos educativos das escolas e que o mesmo só agora vai iniciar a sua elaboração, e de todo contraditório aceitar e negociar competências, sem se saber para quê, se são as necessárias e adequadas, nem tem razoabilidade transformar o projeto piloto do concelho, num projeto de uma ou duas escolas ou agrupamentos. ---------- 9. Considerando que existe neste processo uma confusão entre a descentralização administrativa, a qual pressupõe a transferência de competências com carater definitivo e universal, acompanhadas das transferências de meios e recursos financeiros que assegurem a sua concretização e a sua contratualização ou delegação de competências, a qual é conjuntural, efémera, geradora de desigualdades, discrepâncias e divergências de atuação e que não propicia uma verdadeira reforma do estado e administração. ---------- Pelo exposto e tendo ainda em atenção a falta de credibilidade do Governo na área da educação, bem como a forma atabalhoada como pretende em final de mandato, proceder a

contratos programas, seja a que custo for, votámos CONTRA. ---------- Os membros eleitos da Assembleia Municipal de Águeda eleitos pelo PS: José Marques Vidal, Jorge Melo, Paulo Seara, Paulo Tomaz, Casimiro Pinto e Carla Tavares."---------- E nada mais havendo a tratar o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, pela uma hora e trinta e seis minutos, do dia 18 de abril de dois mil e quinze, deu por encerrados os trabalhos desta sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Mesa e pela Sra. Primeira Secretária da Mesa. ----------

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária